

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

A ELEIÇÃO DIVINA DE PORTUGAL: A HISTÓRIA PORTUGUESA E A
CONDUÇÃO DA HUMANIDADE À SALVAÇÃO EM SERMÕES DE ANTÔNIO
VIEIRA

ÉRIKA SILVA QUITES MACHADO

ÉRIKA SILVA QUITES MACHADO

A ELEIÇÃO DIVINA DE PORTUGAL: A HISTÓRIA PORTUGUESA E A
CONDUÇÃO DA HUMANIDADE À SALVAÇÃO EM SERMÕES DE ANTÔNIO
VIEIRA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz.

Uberlândia, Julho de 2009.

MACHADO, Érika Silva Quites, (1987)

A eleição divina de Portugal: a história portuguesa e a condução da humanidade à salvação em sermões de Antônio Vieira.

Érika Silva Quites Machado – Uberlândia, 2009

51 fls.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave: Sermões, Antônio Vieira, Quinto Império

ÉRIKA SILVA QUITES MACHADO

A ELEIÇÃO DIVINA DE PORTUGAL: A HISTÓRIA PORTUGUESA E A
CONDUÇÃO DA HUMANIDADE À SALVAÇÃO EM SERMÕES DE ANTÔNIO
VIEIRA

Banca Examinadora:

Professor Dr. Guilherme Amaral Luz - Orientador

Professora Dra. Mara Regina do Nascimento

Professora Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado até aqui.

Agradeço aos meus pais e irmão por terem me ensinado, desde cedo, o valor do conhecimento; e ao Daniel, pela presença constante e apoio incondicional.

Aos colegas do Grupo de Estudos, agradeço pelas discussões que em muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. À Clara e à Meiriluce, agradeço a companhia nos momentos de dificuldades e incertezas, e a amizade construída ao longo do curso.

Ao professor Alcir Pécora, pela gentileza em me receber e pelas contribuições feitas à pesquisa, e a todos os professores do Curso de Graduação em História da UFU, o meu muito obrigado: há um pouco de cada um de vocês neste trabalho.

E de forma especial, ao professor Guilherme, meu orientador, por estar sempre disposto a me auxiliar, pelos conselhos, ensinamentos e exemplos dados: meus sinceros agradecimentos.

*“Olhando para o
passado, se antevêem os
futuros”*

Antônio Vieira, Discurso
Apologético.

SUMÁRIO

Introdução: “ <i>Hoje vemos como por um espelho, confusamente</i> ”	8
Capítulo 1: <i>Perdoa-nos, Senhor, pelo bem do vosso Império</i>	18
Capítulo 2: <i>Cumpre vossas promessas</i>	26
Capítulo 3: <i>Mostra-nos vossos desígnios em meio à dor</i>	34
Considerações finais: “ <i>E então veremos face a face</i> ”.	40
Fontes	47
Referência	47
Bibliografia	48

RESUMO

Nesta monografia procuro analisar a forma como o padre Antônio Vieira (1608-1697) concebia e apresentava, em seus sermões, a concepção de que Portugal seria a nação eleita por Deus para conduzir a humanidade no caminho da realização dos desígnios divinos.

Analisei, de forma especial, os sermões dedicados por Vieira a personagens ilustres do Império Português (sermões em ação de graças e de exéquias fúnebres) e ainda sermões de bom sucesso de armas, levando em conta as condições históricas de produção destes sermões e os objetivos que visavam. Para isto, foram analisados tanto os aspectos formais (retórico-poéticos), quanto os éticos (teológico políticos), culturais e morais da parenética vieiriana.

INTRODUÇÃO

“Hoje vemos como por um espelho, confusamente”. Cor 13: 12a.

As motivações para trabalhar com o objeto da presente monografia tiveram origem em pesquisas realizadas durante minha Iniciação Científica, que tinha, por objetivo, analisar as formas como o padre Antônio Vieira (1608-1697) construía e utilizava imagens discursivas acerca do mal e do vil e produzia efeitos de temor da justiça divina em sermões – produzidos entre 1651 e 1661, período em que Vieira esteve no Estado do Maranhão e Grão Pará em defesa, principalmente, dos projetos da Companhia de Jesus para os índios daquela região – com o objetivo de corrigir moralmente seu auditório. No decorrer daquela pesquisa, me deparei com um lugar comum¹ em toda a obra de Vieira (que se estende, para além dos sermões, a cartas, documentos políticos e de defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, por exemplo): a importância da história de Portugal para a realização dos planos de Deus para os homens.

O que me intrigava naquele momento não era o fato de Vieira ter desenvolvido uma sistemática obra profética que anunciava a eleição divina de Portugal, mas, sobretudo, o fato de essa concepção, potencialmente perigosa para a época, ser intensamente difundida nos sermões, sendo pregada a auditórios e em locais diversos. Digo que a concepção era perigosa até por ter levado Vieira a ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício. Após o processo de Inquisição, que durou de 1663 a 1667 e suscitou a ira dos seus juízes, Vieira foi condenado e proibido de falar sobre assuntos recriminados pela Inquisição, como as profecias acerca de Portugal: “os inquisidores exigiram que ele falasse do reino profético somente em termos metafóricos”². Só em 1675 Vieira é absolvido das penas advindas da condenação pelo Santo Ofício, através de um salvo-conduto concedido pelo Papa Clemente X; no entanto, mesmo com todas as condenações, proibições e ameaças que sofreu, Vieira continuou a pregar abertamente

¹ Aristóteles divide as tópicos ou lugares em próprios e comuns. Os lugares próprios são particulares a cada espécie e a cada gênero, enquanto os lugares comuns podem ser aplicados a questões de diversas espécies, possuindo eficácia mais geral. Cf. ARISTÓTELES. *Arte Retórica*. In: **Arte Retórica e Arte Poética**, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19--]. p. 48-49. Neste caso temos um lugar comum, expresso como argumento prévio e alegadamente aceito, que funciona como pressuposto argumentativo para diversas proposições de Vieira.

² BOSI, A. Vieira e o Reino deste mundo. In: **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, n. 55. São Paulo, jan./dez., 1997. p. 163-164.

sobre a profecia na qual acreditava³. Se, naquele momento, os sermões se constituíam como importantes instrumentos de doutrinação e de aconselhamento político, qual seria o intuito de Vieira ao inserir, nas pregações, essas concepções relativas a uma eleição divina de Portugal, mesmo sendo elas recriminadas pela Inquisição?

É importante lembrar que Antônio Vieira nasceu em Lisboa, em 1608, e se mudou ainda criança para a Bahia. Ali, estudou no Colégio dos Jesuítas e ingressou na Companhia de Jesus em 1623, continuando seus estudos até sua ordenação sacerdotal. Além de ter sido conhecido desde cedo por suas habilidades como pregador, Vieira era um missionário comprometido com questões políticas e sociais do Império Português – tendo exercido funções importantes como a de diplomata –, o que fornecia matérias relevantes para as suas pregações⁴.

Tendo em vista a grande quantidade de sermões publicados por Vieira e o tempo relativamente curto para o desenvolvimento de um trabalho monográfico, optei por fazer uma seleção dos sermões a serem analisados, a fim de que essas análises pudessem ser realizadas com maior profundidade. Decidi, portanto, dar ênfase a sermões dedicados a personagens ilustres do Império Português, em especial àqueles de ação de graças ou de exéquias fúnebres e, ainda, aos de bom sucesso de armas. A opção por estes subgêneros se deu por três motivos. Primeiramente, no caso de sermões dedicados a personagens ilustres que ocupam, no Corpo Místico⁵ do Estado, lugar de destaque – e, portanto, maior proximidade com a cabeça do reino que tem por função organizar e conduzir as ações de todo o corpo –, essa concepção de Vieira aparece de forma enfática para convencer o auditório da eleição divina de Portugal e para orientar as suas ações na direção do fim necessário. Em segundo lugar, porque, mesmo quando o auditório explícito do sermão não é composto propriamente por personagens ilustres, quando estas se constituem como matéria do sermão, o caráter exemplar de suas ações

³ Sobre a cronologia de Vieira, principalmente no que diz respeito ao processo no Tribunal do Santo Ofício ver: BOSI, 1997; e PÉCORA, A. **Sermões**: Padre Antônio Vieira, Tomo II. São Paulo: Hedra, 2001. p. 601-603.

⁴ Cf. AMORA, A. S. “Apresentação: Vieira, vida e obra”. In: **Sermões: Problemas sociais e políticos do Brasil**, São Paulo: Cultrix, 1990. p. 9-12.

⁵ A organização social do Império português se dava de forma análoga ao Corpo Místico cristão (no qual Jesus é a cabeça e a Igreja os membros). No Corpo Místico social, o rei ocupava o lugar hierárquico mais elevado, correspondente à cabeça, e as demais ordens hierárquicas eram distribuídas pelos membros do corpo de acordo com sua importância, ficando as mais altas partes da hierarquia, mais próximas à cabeça. Cada segmento do corpo possuía uma função específica, que deveria ser realizada para que houvesse o bom funcionamento do todo. Sobre essa concepção ver: HANSEN, J. A. A categoria ‘representação’ nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In: JANCÓS, I & KANTOR, I. **Festa: cultura e sociabilidade da América portuguesa**. São Paulo: Imprensa Oficial/HUCITEC/Edusp/FAPESP, 2001. p. 735-755. Vol. 2.

possui grande eficácia para o convencimento de outros membros do Corpo Místico a tomarem atitudes análogas às enunciadas no sermão. Por último, porque, nesses sermões, dentre os quais os de bom sucesso de armas, garante-se que a matéria estará, na maior parte das vezes, relacionada a momentos importantes da história de Portugal, a feitos de personagens importantes desse reino, momentos e feitos caros ao grêmio da Igreja Católica, dignos, portanto, de serem louvados em discursos específicos.

Como metodologia de análise e estratégia de escrita, optei por focalizar, de forma mais sistemática, três sermões de Vieira, a saber: o *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*⁶, o *Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde*⁷ e o *Discurso Apologético*⁸, também conhecido como *Palavra do Pregador Empenhada e Defendida*. Esta escolha se deu pela intenção de analisar mais detalhadamente ao menos um exemplar de cada subgênero escolhido para esta pesquisa, sem desconsiderar interpretações do conjunto de sua obra, com a qual essas partes são pensadas em total interdependência.

O leitor notará que, nas citações feitas sobre os sermões de Vieira, foram utilizadas diferentes edições. Cabe esclarecer que isto foi necessário tendo em vista a dificuldade de acesso a uma mesma edição com a publicação completa dos sermões. Alguns exemplares foram encontrados na própria biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, outros em páginas da Internet e outros ainda tiveram que ser buscados em bibliotecas de universidades de outras cidades do país. A principal edição dos sermões utilizados nas análises deste trabalho corresponde à publicação da Lello & Irmão, realizada, em Portugal, entre os anos de 1945-1948. No entanto, visando tornar a leitura mais dinâmica, optei por fazer as citações de trechos dos sermões dessa edição adaptando a ortografia para o português contemporâneo do Brasil sem, contudo, promover qualquer tipo de modificação que pudesse alterar o sentido do texto e as técnicas retóricas utilizadas por Vieira. Para seguir esse mesmo padrão, a atualização da

⁶ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 301-330. Vol. 14.

⁷ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Magestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 183-219. Vol. 15.

⁸ VIEIRA, A. Discurso Apologético. **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 35-105. Vol. 15.

linguagem também foi feita em outro documento utilizado: o *Juramento d'elrei D. Affonso Henriques*⁹, o qual chamarei aqui como Juramento de Afonso Henriques.

A crença de que os Portugueses seriam a nação eleita por Deus para construir o seu Império não foi inventada por Antônio Vieira, mas o precede e continua a existir depois dele. Em linhas gerais, o pensamento de Vieira acerca do profetismo português é influenciado tanto pelas correntes que antecedem o Sebastianismo (dentre as quais se inserem as *Trovas* de Bandarra) quanto pelo próprio Sebastianismo. As *Trovas* de Bandarra ocupam lugar importante no pensamento de Vieira¹⁰ acerca do Quinto Império, o que aparece claramente na carta *Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo. Primeira e segunda Vida del-Rei D. João o Quarto Escritas por Gonçaleanes Bandarra*, escrita em 1659 para o Bispo do Japão. Nessa carta Vieira, fundamentando-se principalmente nas profecias narradas por aquelas *Trovas*, afirmava que D. João IV ressuscitaria para instaurar o Quinto Império. A imagem construída acerca de Gonçalo Annes Bandarra durante os seiscentos era a de um sapateiro simples, sem instrução e analfabeto, residente na Vila de Trancoso, que teria produzido as *Trovas* por volta de 1540. Acreditava-se que, por Bandarra ser um homem simples, seu conhecimento acerca de assuntos sagrados e proféticos só poderia ser fruto da graça divina. Tratar-se-ia, portanto, de um profeta rústico, inspirado divinamente, enquanto dormia, e que contava seus sonhos oralmente, em forma de trova, para um auditório vasto e diverso, acreditado pelo povo, pelos cristãos-novos, pelos fidalgos e eclesiásticos. Sua obra profética teve grande circulação tanto pela repetição oral quanto por cópias manuscritas, e foram aplicadas, por Vieira, na construção da sua teoria acerca do Quinto Império¹¹.

Já o Sebastianismo tem suas origens após a batalha de Alcácer-Quibir – na qual D. Sebastião teria desaparecido sem deixar herdeiros para assumir o trono – e é marcado

⁹ *Juramento d'elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 116-119.

¹⁰ As *Trovas* de Bandarra eram profecias não canônicas cuja interpretação exegética era defendida por Vieira, Cf. PÉCORA, A. **Teatro do Sacramento**. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 237. Não foram encontradas, durante a pesquisa, referências diretas a essa obra nos sermões estudados. No entanto, acredito que ela se constitua como peça importante no conjunto do pensamento profético de Vieira.

¹¹ Segundo Luís Filipe Silvério Lima, não se pode confiar na fidedignidade desse retrato que circulava no século XVII acerca de Bandarra já que a Inquisição, por exemplo, declarou que Bandarra sabia ler, escrever, tinha acesso à Bíblia em língua vulgar e não era pobre. Cf.: LIMA, L. F. S. **O Império dos Sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino**, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 138-157.

por um viés anti-castelhano, se pautando, principalmente, na expectativa do retorno de um rei que livraria Portugal do domínio de Castela. Inicialmente, o Sebastianismo teria circulado entre o baixo clero, sem grandes repercussões nas camadas letradas e nobres e, posteriormente (a partir de 1620), haveria a consolidação do Sebastianismo como doutrina, e a maior circulação de suas idéias. Mais próximo à época da Restauração, e já com a participação de Vieira na construção e divulgação dessas esperanças, é que a tarefa de restauração do reino, antes atribuída a D. Sebastião, é identificada com D. João IV. A década de 1660 marcaria o auge de uma disputa entre Sebastianistas e Joanistas, “com uma enorme vantagem para os sebastianistas, que polemizavam contra, basicamente, Vieira, processado pela Inquisição”¹².

Essa crença na eleição divina de Portugal baseou-se, ao longo da história, principalmente no mito de fundação de Portugal, o qual teria¹³ dado origem a um juramento, feito por Afonso Henriques¹⁴. Nesse juramento, D. Afonso Henriques contaria que, estando com seu exército no Campo de Ourique, às vésperas de uma batalha contra o rei Ismar e outros 5 reis mouros aliados, que “tinham consigo infinitos milhares de homens”¹⁵ e, estando seu exército em menor quantidade e ainda atribulado e desesperançoso “em tanto que publicamente diziam alguns ser temeridade acometer tal jornada”¹⁶, preocupado com o que faria naquela situação, e tendo em sua tenda um livro do Antigo Testamento, D. Afonso teria lido um trecho que se referia à vitória de Gedeão e seu pequeno exército sobre quatro reis medianitas¹⁷. Animado com o que lera, D. Afonso teria orado a Deus, dizendo: “Muito bem sabeis vós, Senhor Jesus Cristo, que

¹² LIMA, L. F. S., 2005, p. 238-239.

¹³ Utilizo aqui o verbo *ter* conjugado no futuro do pretérito porque há dúvidas com relação à real origem deste juramento de D. Afonso Henriques. Especula-se, atualmente, que o documento tenha sido forjado alguns séculos depois da morte do rei. No entanto, para essa pesquisa, não importa investigar a origem do documento propriamente, mas apenas as apropriações que Vieira faz dele, as quais não levam em conta, de forma alguma, a possibilidade do documento ter sido forjado.

¹⁴ Esse mito sobre a fundação de Portugal deu origem a uma vasta produção iconográfica e letrada como, por exemplo, *Chronica de Afonso Henriques*, de Duarte Galvão. No entanto, é o Juramento de Afonso Henriques o documento mais citado por Vieira para comprovar a eleição de Portugal.

¹⁵ *Juramento d’elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 116.

¹⁶ *Ibid.*, p. 116.

¹⁷ Juízes 7. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria. 1997.

por amor vosso tomei sobre mim esta guerra contra vossos adversários; em vossa Mão está dar a mim, e aos meus, fortaleza para vencer estes blasfemadores de vosso nome”¹⁸.

Após proferir tais palavras, D. Afonso teria adormecido e sonhado com um homem velho que o dizia para ter confiança, porque venceria a batalha, destruiria os reis infiéis e o Senhor se mostraria a ele. Durante o sonho, o camareiro de D. Afonso o teria acordado dizendo que um ancião o procurava. D. Afonso teria mandando entrar o ancião e reconhecido ser o mesmo homem do sonho, o qual lhe teria dito as mesmas palavras, acrescentando: “sois amado do Senhor, porque sem dúvida pôs sobre vós, e sobre vossa geração depois de vossos dias, os olhos de vossa misericórdia, até a décima sexta descendência, na qual se diminuirá a sucessão, mas nela assim diminuída ele tornará a por os olhos e verá”¹⁹. O homem anuncia ainda que, na noite seguinte, D. Afonso ouviria uma campainha, a qual indicaria que ele deveria sair do acampamento.

“Na segunda vela da noite ouvi a campainha, e armado com espada, e rodela, sai fora das Reais, e subitamente vi à parte direita, contra o nascente, um raio resplandecente, e indo-se pouco, e pouco clarificando, cada hora se fazia maior; e pondo de propósito os olhos para aquela parte, vi de repente no próprio raio o sinal da Cruz, mais resplandecente que o Sol, e Jesus Cristo crucificado nela”²⁰.

Diante daquilo, D. Afonso teria soltado a espada e o escudo que portava, tirado as roupas e calçados, se lançado de bruços e, “desfeito em lágrimas”, orado a Cristo dizendo que melhor seria sua aparição entre os seus inimigos, para que cressem nele, do que aparecer ao próprio D. Afonso, homem já cheio de fé. Cristo teria respondido:

“Não te apareci deste modo para acrescentar tua fé, mas para fortalecer teu coração neste conflito, e fundar os princípios de teu reino sobre pedra firme. Confia, Affonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras, em que pelejares contra os inimigos da minha Cruz. Acharás tua gente alegre e esforçada para a peleja, e te pedirá que entres na batalha com título de Rei. (...) Eu sou o fundador, e destruidor dos Reinos, e Impérios; e eu quero em ti, e teus descendentes fundar para mim um Império, por cujo meio seja meu nome publicado entre as Nações mais estranhas”.

Jesus teria anunciado ainda como deveria se constituir o brasão desse novo reino, Portugal: “e para que teus descendentes conheçam quem lhe dá o Reino, comporás o Escudo de tuas Armas do preço, com que eu remi o gênero humano, e

¹⁸ *Juramento d’elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 116.

¹⁹ *Ibid.*, p. 117.

²⁰ *Ibid.*, p. 117.

daquele, por que fui comprado aos Judeus”²¹. Essas palavras teriam dado origem ao Escudo de Portugal, que comporia também o seu Brasão e a Bandeira de Portugal. No escudo, representado abaixo, os quinas em azul representam os cinco reis mouros que D. Afonso Henriques teria vencido na Batalha de Ourique. Os pontos brancos dentro destes escudos representam as cinco chagas de Cristo. Por fim, contando-se todas as chagas e duplicando as da quina central, tem-se representados os trinta dinheiros pelos quais Judas teria vendido Jesus aos Judeus.



Detalhe de: BANDEIRA de Portugal.
2006. 1 fotografia, colorida, 12,7 x 8,4 cm.

Depois disso, Jesus teria dito ainda: “Não se apartará deles, nem de ti nunca minha misericórdia, porque por sua via tenho aparelhadas grandes searas, e a eles escolhidos por meus segadores em terras muito remotas”²². Ditas estas palavras, Cristo teria desaparecido, e D. Afonso Henriques retornado ao acampamento. Ali sua gente teria pedido, antes da batalha, para segui-lo como rei. Teria sido, então, coroado e, em seguida, liderado o exército que saíra vencedor da batalha. D. Afonso Henriques teria sido, portanto, o primeiro rei de Portugal: um reino fundado por Deus.

O Juramento de Afonso Henriques foi encontrado no Cartório Real do Mosteiro de Alcobaça, em 1596. Durante os séculos XVII e XVIII foi publicizado e publicado em diversas partes do império português, juntamente com os selos e as assinaturas do rei e de testemunhas nobres e eclesiásticas, o que reforçava a veracidade do documento, no

²¹ *Juramento d’elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 118.

²² *Ibid.*, p. 118.

qual D. Afonso Henriques não narra apenas o acontecido, mas jura que aquilo ocorrera e se compromete a adotar as chagas de Cristo como seu escudo e de seus descendentes²³.

Segundo Luiz Filipe Lima, as visões de Afonso Henriques adquirem uma centralidade no seu juramento porque perfazem os graus de profecia definidos por Tomás de Aquino, “que seguem o princípio bíblico de que quanto mais claro e menos enigmático o conteúdo profético mais certo e melhor o tipo de profecia porque mais próximo de Deus”²⁴. O grau mais baixo seria aquele manifesto sob um instinto ao qual a pessoa obedece (no caso, a leitura de uma passagem bíblica). Em seguida estaria a compreensão de algo através da inspiração de uma luz interior (como o sinal de vitória pela analogia entre a batalha de Gedeão contra os Medianitas e a batalha dos portugueses contra os mouros). Um degrau acima estaria a visão profética, que contém uma verdade sobrenatural, localizada além das possibilidades de conhecimento humano (representada, no Juramento, pelo sonho com a visita do ancião, visão revelada durante o sono, no qual os sentidos estão ausentes). Acima do sonho profético estaria a visão acordada – na qual estão presentes os sentidos e as potências da alma (entendimento, vontade e memória) – significada pela visão do Cristo crucificado. Todas essas visões são ainda certificadas pelo nível superior da palavra: no sonho, o ancião narra o que irá acontecer, tranquilizando o sonhador; na visão da Cruz, Cristo confirma o que fora anunciado antes e explica, clarifica, seus planos e desígnios. “Ao passar por diversos níveis de profecias que se auto-confirmam, a construção em várias camadas sedimenta a certeza da veracidade do milagre e conseqüentemente da sua eleição”²⁵. A prova de que a profecia era divinamente inspirada viria com a realização do que estava predito: a seqüência de sinais, sonhos e visões que sempre anunciam o próximo passo validam não só a presciência anterior mas também a seguinte, pois pertencentes à mesma fonte de iluminação.

O Juramento se constitui, pois, como importante instrumento de legitimação da fundação do reino português, de sua autonomia e, inclusive, de suas ações no mundo, como aliado da Igreja Católica. Tal legitimação é concedida a partir de uma visão profética que chega ao maior grau possível e é comprovada através da sua realização.

²³ LIMA, L. F. S., 2005, p. 03-04.

²⁴ Ibid., p. 98.

²⁵ Ibid., p. 93-99.

As teorias sobre a eleição divina de Portugal mostram, normalmente, essas palavras que Jesus teria dito a D. Afonso Henriques associadas a profecias presentes na Bíblia, em especial uma profecia do livro de Daniel 2: 29-45. Deus – “que desvenda os mistérios”²⁶ – teria revelado a Daniel, em visão noturna, um sonho do rei Nabucodonosor, e o seu significado. Daniel teria visto uma estátua com cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e quadris de bronze, pernas de ferro e pés metade de ferro e metade de barro. Eis que uma pedra descolou da montanha “sem intervenção de mão alguma”²⁷ e, batendo nos seus pés, os triturou. Todos os metais que formavam a estátua ficaram em migalhas e a pedra se tornou uma alta montanha. Interpretando este sonho, o próprio Daniel diz que o rei Nabucodonosor, a quem se dirigia, era representado pela cabeça de ouro. Depois daquele rei surgiria um outro reino, e depois um terceiro reino, que seria o de bronze, o qual dominaria toda a terra. Em seguida um quarto reino, forte como o ferro, esmagaria todos os outros. E continua: “No tempo desses reis, o Deus dos céus suscitará um reino que jamais será destruído e cuja soberania jamais passará a outro povo: destruirá e aniquilará todos os outros, enquanto que ele subsistirá eternamente”²⁸.

Esse sonho apocalíptico de Daniel foi interpretado, ao longo da história, a partir de diversas outras profecias lusitanas e ibéricas, que se completavam²⁹, como é o caso da relação estabelecida entre aquele sonho de Daniel e a visão de D. Afonso Henriques. As crenças na eleição divina de Portugal, como nas teorias do Milenarismo, Sebastianismo e Quinto Império, normalmente interpretam as palavras de Jesus a D. Afonso Henriques no Campo de Ourique (“eu quero em ti, e teus descendentes fundar para mim um Império”) como revelação de Portugal como nação a erguer, para Deus, o Império anunciado no livro de Daniel, o qual dominaria toda a terra. O que podemos perceber é que, por essas teorias já existirem antes de Vieira, esse jesuíta encontra, em Portugal, um ambiente cultural e um imaginário teológico-político prévio favoráveis aos seus argumentos, e desenvolve formulações que “a partir de então, oferecem as mais impressionantes tentativas de significar, em um sistema forte e adequado, os sinais substanciais reunidos nos sucessos da história da nação”³⁰. Vieira articula, assim, em toda a história de Portugal (no presente e no passado), acontecimentos que

²⁶ Daniel 2: 28. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1997.

²⁷ Daniel 2: 34. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1997.

²⁸ Daniel 2: 44. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1997.

²⁹ LIMA, L. F. S., 2005, p. 185.

³⁰ PÉCORA, A., 1994. p. 231.

comprovariam ser esta a nação eleita por Deus para, evangelizando os povos do mundo inteiro, conduzir a cristandade no correto caminho preparado por Deus desde a criação do mundo: o caminho da salvação, que passaria, necessariamente, pela construção do quinto e último Império, o Império de Cristo. O que esta monografia procura é atentar para a construção retórica de algumas destas articulações, tendo em conta o imaginário teológico-político que, historicamente, lhe confere eficácia e verossimilhança.

CAPÍTULO 1

Perdoa-nos, Senhor, pelo bem do vosso Império

Buscando perceber a maneira como Vieira relaciona, na pregação, alguns dos fatos da história de Portugal a sinais divinos de eleição, inicio pelo *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*³¹, pregado em 1640, na Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda da cidade da Bahia. Aproveitarei para inserir, na análise deste sermão, alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos que utilizo na análise da parenética de Vieira, o que não será explicitado novamente, com tantos detalhes, em relação aos dois sermões dos capítulos seguintes. Esse sermão é iniciado com a seguinte citação do Salmo 43: “Levanta-te, porque dormes, Senhor? Levanta-te e não nos desampares para sempre. Por que apartas teu rosto, e te esqueces da nossa miséria da nossa tribulação? Levanta-te, Senhor, ajuda-nos, e resgata-nos por amor de Teu nome”³².

Ao analisar um sermão católico produzido entre os séculos XVI e XVII, é importante considerar que ele interpreta o Evangelho do dia, lido imediatamente antes da pregação. O Evangelho do dia não é escolhido de forma aleatória, mas determinado pelo Calendário Litúrgico da Igreja Católica. Tal Calendário, por sua vez, é dividido em tempos (comuns ou festivos), os quais determinam os Evangelhos próprios a cada celebração, tendo em vista o assunto que nela se quer enfatizar. Tal prática, como nos indica Alcir Pécora não é um simples ritual de fé: é o Evangelho que fornece a base principal de interpretação das alegorias em cada sermão específico, se constituindo como uma “articulação de sentido prevista nas determinações do gênero”³³.

Na maioria dos sermões de Vieira, a citação que os abre é um trecho do Evangelho do dia. A partir da interpretação autorizada do Evangelho do dia, o pregador constrói seu discurso. Entretanto, em alguns sermões publicados por Vieira, como naqueles que focalizaremos detidamente neste trabalho, não há referências claras e explícitas ao Evangelho do dia, o que dificulta um pouco a análise. No entanto, se o

³¹ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 301-330. Vol. 14.

³² Utilizo aqui a tradução para o português do Salmo citado, de acordo com a 10ª edição da Bíblia Sagrada da editora Ave Maria.

³³ PÉCORA, A. **Para ler Vieira**: as 3 pontas das analogias nos sermões. Disponível em: <http://www.sibila.com.br/mapa30paralervieira.html>. Acesso em 17 de junho de 2009. p. 4.

Evangelho do dia é fundamental na construção da pregação, acredito que, quando Vieira não explicita o Evangelho é porque converte a base de interpretação do sermão em algum outro trecho da Bíblia, o qual, por sua vez, seria análogo ao Evangelho e à festividade do dia. Se o sermão sempre interpreta o Evangelho do Dia e se Vieira sempre começa o sermão com uma citação que fornece o fio condutor à interpretação feita no sermão, podemos acreditar que a citação, quando não é o próprio Evangelho do dia, possui, certamente, em acordo com os princípios da exegese católica, algum tipo de relação (anagórica, tropológica e/ou alegórica) com a passagem própria lida, conforme o calendário litúrgico. Isto porque, como nos indica Hansen, nos sermões as alegorias não são meramente “alegorias construtivas ou retóricas”, mas “alegorias interpretativas ou hermenêuticas”. Ou seja, as alegorias correspondem à exegese que os teólogos fazem de textos sagrados, interpretando passagens do Velho Testamento e do Novo Testamento, de forma a considerar as segundas repetições das primeiras e ambas – nos seus sentidos literal, tropológico, alegórico e analógico – referências para a compreensão de todo o universo criado e para o próprio conhecimento humano provável sobre os desígnios divinos³⁴.

Outro ponto importante a se levar em conta nas análises dos sermões é a circunstância de pregação dos mesmos, principalmente em uma pesquisa que se propõe a analisar de que forma Vieira relaciona as ações históricas da nação portuguesa a uma eleição divina que a direciona para conduzir a cristandade à salvação. No caso deste sermão, a situação é dada no próprio título: o sermão foi pregado na época em que parte do Brasil estava sob controle da Companhia das Índias Ocidentais, ou a “Holanda”, mais especificamente às vésperas de uma batalha em defesa da Bahia contra nova tentativa de invasão.

Esses elementos (Evangelho do dia, Tempo Litúrgico e contexto de pregação) são essenciais para a análise do sermão, porque sua função é justamente descobrir o sinal divino oculto nas Escrituras, interpretar esse sinal à luz dos acontecimentos mundanos e transmiti-lo ao auditório, visando mover os afetos dos fiéis, ou seja, visando sua conversão³⁵. Deus, quando criou o mundo, escondeu, nele, muitos sinais para auxiliar a humanidade a percorrer o caminho que a levaria à salvação. Tais sinais

³⁴ HANSEN, J. A. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 11-12.

³⁵ PÉCORA, A. Sermões: o modelo sacramental. In: JANCSÓ, I & KANTOR, I (orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. Vol. 2, São Paulo: Imprensa Oficial/HUCITEC/Edusp/FAPESP, 2001. p. 719.

se enquadram na categoria *representação*, conforme definida por João Adolfo Hansen: uma estrutura de mediação entre o que se diz e o que se vê, a qual, aplicada aos sermões, refere-se às formas de representar exteriormente as imagens interiores que revelam a presença de Deus na mente do pregador e nas ações mundanas. De acordo com Tomás de Aquino, as representações são necessárias para que o homem possa conhecer a Deus de forma análoga e indireta, já que é incapaz de conhecê-lo em sua plenitude, necessitando, portanto, de signos para mediar os conceitos e suas expressões exteriores. Ao contrário, os anjos, por estarem em presença direta com Deus, são capazes de conhecê-lo plenamente através dos conceitos³⁶. O sinal divino, oculto por Deus no mundo, vai, de acordo com essa concepção, se revelando aos poucos no decorrer da história da humanidade, que fornece, progressivamente, elementos mais eficazes para a sua interpretação.

Nesse mesmo sentido se enquadra, por exemplo, a concepção de que o Antigo Testamento prefigura o Novo Testamento, o qual, por sua vez, descobre parte do que era oculto no Antigo Testamento, e mantém ainda encoberta uma parte que só vai ser revelada, aos poucos, com o decorrer da história. É o que podemos perceber, por exemplo, a partir da consideração que Vieira faz acerca do salmo citado no início do sermão: “Salmo que desde o princípio até o fim não parece senão cortado para os tempos e ocasião presente”³⁷. Mas se o Salmo se refere a uma situação relacionada ao povo de Israel, como Vieira pode querer aplicá-lo aos “tempos e ocasião presente”? Porque, para ele, tudo o que acontece na história do mundo, desde a Criação, vai fornecendo dados que, progressivamente, vão contribuindo para que se descubra toda a mensagem que Deus quer transmitir aos homens. A mensagem está encoberta no mundo desde o princípio. Nesse caso específico, é através do Salmo, e de uma situação que teria sido vivida por Israel, que Deus dá o sinal que os Portugueses precisam para conseguirem solucionar o problema que os aflige naquele momento. Ao mesmo tempo, é só vivendo este problema que o pregador/exegeta se torna capaz de reconhecer, naquela passagem bíblica, um sinal divino, antes oculto.

A alegoria deve ser entendida como inserida no que Pécora chama de *modelo sacramental*, que é o modelo que ordena o sermão católico, em especial o de Vieira, e

³⁶ HANSEN, J. A. a categoria ‘representação’ nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, I & KANTOR, I (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. Vol. 2, São Paulo: Imprensa Oficial/HUCITEC/Edusp/FAPESP, 2001. p. 735-755.

³⁷ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 301. Vol. 14.

que tem como princípio básico a projeção permanente de Deus nas formas de existência do universo criado. Os acontecimentos históricos realizam uma crônica da Providência. Tanto na Bíblia, quanto na História, as ações que acontecem precisam ser lidas como fatos históricos e também como mensagem providencial. Isso porque Deus se utiliza de figuras misteriosas para se comunicar com os homens. Nesse sentido, o sermão é a ação verbal da descoberta e atualização dos sinais divinos ocultos na ação do mundo, com vistas a produzir um movimento de correção moral no auditório de fiéis³⁸.

Voltemos, então, ao Salmo 43, citado no início desse sermão que ora trabalhamos. Os salmos se referem a episódios da história dos israelitas. Portanto, ao dizer que o salmo “desde o princípio até o fim não parece senão cortado para os tempos e ocasião presente”³⁹, Vieira estabelece, ou melhor, descobre, uma analogia entre a história dos israelitas, que são o povo eleito do Antigo Testamento, e a história de Portugal, para mostrar que os portugueses são a nova nação eleita por Deus. Tais analogias entre Israel e Portugal aparecem com bastante frequência na obra de Vieira, justamente pelo sinal de eleição divina nelas significado⁴⁰.

Voltando ao nosso sermão, Vieira se propõe a demonstrar os motivos que o permitiram descobrir a analogia entre a situação narrada pelo salmista e a outra, vivida por Portugal, e, de forma mais específica, pela província do Brasil:

“entre todos os reinos do mundo, a nenhum quadra melhor que ao nosso reino de Portugal; e entre todas as províncias de Portugal a nenhuma vem mais ao justo que a miserável província do Brasil. Vamos lendo todo o Salmo, e em todas as cláusulas veremos retratadas as da nossa fortuna; o que somos e o que fomos.”⁴¹

Para isso, o jesuíta relaciona cada trecho do salmo à história de Portugal, afirmando que, por meio dos portugueses, assim como acontecera com os israelitas, obrou, no passado, a onipotência divina, tendo a mão do próprio Deus vencido quando

³⁸ PÉCORA, A., 2001. p. 719.

³⁹ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. P. 301. Vol. 14.

⁴⁰ Tais analogias aparecem, por exemplo, quando Vieira, nomeia os reis e rainhas de Portugal pelos nomes dos reis e rainhas de Israel, como em “Judith de Portugal”; ou ainda entre episódios da história desses dois povos, como, por exemplo, quando Vieira, pregando as exéquias fúnebres do rei D. João IV, afirma que “e assim como Deus buscou a David entre todas as tribos, e o achou na real de Judá, assim buscando um rei restaurador de Portugal, entre todos os que tinham ou podiam ter algum direito a ele, só na real casa de Bragança o achou”. Cf. respectivamente: VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso de nossas armas, tendo El-Rei D. João IV, passado a Além-Tejo. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 332. Vol. 14; e VIEIRA, A. Sermão das Exéquias D’El-Rei D. João IV. In: Idem. P. 308-309. Vol. 15.

⁴¹ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 302. Vol. 14.

os portugueses estenderam seus domínios à África, Ásia e América. Eis alguns exemplos: citando o Salmo “Nós, ó Deus, com nossas orelhas ouvimos, nossos pais nos anunciaram a obra que fizestes nos dias deles e nos dias antigos”⁴², Vieira comenta que “ouvimos a nossos pais, lemos nas nossas histórias, e ainda os mais velhos viram, em parte, com seus olhos, as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas, que por meio dos portugueses obrou em tempos passados vossa onipotência”⁴³. Seguindo no Salmo: “A tua mão exterminou as gentes, e plantaste a eles; afligiste os povos e os lançaste fora”; o padre comenta: “Vossa mão foi a que venceu, e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas (...) e estendeu em todas as partes do mundo, na África, na Ásia, na América”⁴⁴. E já no versículo 10 do mesmo Salmo: “Mas agora tu nos lançastes fora e nos cobristes de confusão, e tu, ó Deus, não andas à testa dos nossos exércitos”⁴⁵; em Vieira: “já parece que nos deixastes de todo, e nos lançastes de vós, porque já não ides adiante das nossas bandeiras, nem capitaneais como antes os nossos exércitos”⁴⁶.

O que parece é que Deus teria abandonado Portugal: a única causa plausível para os fracassos que esta nação vinha encontrando nas batalhas que travava. E o jesuíta conclui: “Com tanta propriedade como isto descreve David neste Salmo nossas desgraças, contrapondo o que somos hoje ao que fomos enquanto Deus queria, para que na experiência presente cresça a dor por oposição à memória do passado”⁴⁷.

Tendo comprovado, pela história de Portugal, que a analogia descoberta entre esse reino e Israel possui fundamento, Vieira anuncia uma qualidade do reino de Portugal: Portugal não é reino do povo português, mas é reino de Deus, conforme o próprio Deus teria declarado na sua fundação. Nesse momento, Vieira retoma as palavras que Jesus teria dito a D. Afonso Henriques, conforme escrito em seu juramento, as quais Vieira comumente traduz como “quero em ti e na tua descendência estabelecer o meu império”. E se o reino é de Deus, ele é o rei, e ele é quem manda e

⁴² Salmo 43: 2. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria. 1997.

⁴³ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 303. Vol. 14.

⁴⁴ Idem. P. 303. Vol. 14.

⁴⁵ Salmo 43: 10. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria. 1997.

⁴⁶ VIEIRA, A., 1945-48. p. 303. Vol. 14.

⁴⁷ VIEIRA, A., 1945-48. p. 304. Vol. 14.

governa. Portanto, é o próprio Deus quem, para Vieira, causa as mudanças nos rumos da história de Portugal⁴⁸.

A partir daí, Vieira, afirmando que Deus teria aconselhado o profeta Davi a proclamar aqueles versos do Salmo, toma para si este conselho e se propõe a fazer a mesma coisa: pregar não aos homens, mas a Deus, a fim de convencê-lo a perdoar os pecados da nação portuguesa e não permitir que ela perecesse nas mãos dos holandeses, invasores da província do Brasil. Segundo Vieira, as causas para os males sofridos por Portugal só poderiam ser fruto do descuido de Deus para com aquele povo. Após isso, Vieira afirma que, por sua justiça e piedade, Deus teria a obrigação de olhar para Portugal e lhe proteger.

Se, nesse momento, a pregação de Vieira parece audaciosa demais e, no limite, temerosa, a autoridade em que ele se fundamenta é a concedida pelo próprio profeta Davi. Este é, aliás, um elemento corrente em todos os sermões: no decorrer da pregação, Vieira recorre diversas vezes ou à tradição da Igreja, através de seus santos e pensadores, ou às Escrituras para fundamentar seu raciocínio: “em tudo o que me atrever a dizer seguirei as pisadas sólidas dos que em semelhantes ocasiões, guiados por vosso mesmo espírito, oraram e exoraram vossa piedade”⁴⁹.

A partir daí, Vieira dispõe mais argumentos que comprovariam a analogia existente entre a nação Portuguesa e o povo de Israel. O pregador recupera o episódio do livro do Êxodo, no qual Deus teria libertado o povo de Israel da escravidão no Egito para levá-los à Terra Prometida. No caminho, porém, Deus se ira contra o povo em virtude do pecado da idolatria que este praticava e revela a Moisés que haveria de acabar para sempre com aquele povo tão ingrato. Moisés, porém, recorre a Deus, tentando persuadi-lo a desistir de sua decisão, não por merecimento do povo, que é pecador, mas por misericórdia divina, e para a glória do próprio Deus, alegando que, caso Deus castigasse aquele povo com a morte, os egípcios pensariam muito mal de Deus, dizendo que “cautelosamente, e à falsa fé, nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tirardes a vida a todos, e nos sepultardes” e continua: “qual será o abatimento de vosso santo Nome, que tão respeitado e exaltado deixastes no mesmo Egito, com tantas e tão prodigiosas maravilhas do vosso poder? Convém logo para conservar o crédito,

⁴⁸ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 304. Vol. 14.

⁴⁹ Ibid., p. 308. Vol. 14.

dissimular o castigo”⁵⁰. Vieira conclui afirmando que, com os argumentos de Moisés, Deus teria revogado a sentença e se arrependido até por pensar em destruir aquele povo.

Para Vieira, a situação vivida pelos portugueses é análoga à que os israelitas viveram no episódio narrado. Deus teria escolhido a nação portuguesa como sua, desde a sua fundação, e a fizeste sair daquele pequeno território, que é Portugal, para se expandir por todos os cantos do planeta, a fim de realizar um dos desígnios de Deus: a evangelização de todos os povos. Na concepção de Vieira, os portugueses vinham cumprindo esses desígnios. O problema era que eles se encontravam em estado de grande pecado. E, em virtude desse pecado, Deus estaria deixando de olhar para os portugueses, permitindo que perdessem muitas batalhas. No entanto, o pregador acredita que Deus teria que perdoar os portugueses para a glória do seu próprio nome, porque, se os portugueses continuassem a perder batalhas e viessem a perecer, o que diria o povo que saísse vitorioso em tais batalhas, nesse caso, os holandeses calvinistas?

“Já dizem os hereges insolentes com os sucessos prósperos, que vós lhes dais ou permitis: já dizem que porque a sua, que eles chamam religião é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vencem; e porque a nossa é a errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos”⁵¹.

E mais: o que diriam os indígenas “bárbaros” e “inconstantes”, e ainda os etíopes “boçais”, os quais Portugal tem se esforçado para converter à fé de Cristo? Responde Vieira: “Não há dúvida, que todos estes, como não tem capacidade para sondar o profundo de vossos juízos, beberão o erro pelos olhos. Dirão, pelos efeitos que vêem, que a nossa fé é falsa, e a dos holandeses a verdadeira, e crerão que são mais cristãos sendo como eles”⁵².

Nesse ponto, o pregador começa a apresentar quais seriam as vantagens de Deus ter, como aliado, uma nação católica ao invés de outra, como a dos hereges protestantes. Se a verdadeira religião é a Católica, o bem⁵³ é que Deus favoreça e fique do lado dos católicos e, por outro lado, que sejam estes os ajudantes de Deus para o cumprimento de

⁵⁰ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão; Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 309. Vol. 14.

⁵¹ Ibid., p. 310. Vol. 14.

⁵² Ibid., p. 311. Vol. 14.

⁵³ A noção de bem para Vieira é bastante próxima da de Santo Agostinho, para quem o único bem imutável é Deus. Já suas criaturas são naturalmente boas, porque foram feitas por Deus, mas são passíveis de mudança, por terem sido feitas a partir do nada. Assim, o bem é tudo aquilo que se mantém na ordem natural do universo criado por Deus, permanecendo em acordo com sua essência. Trataremos desse assunto novamente. AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Coimbra: Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 1079-1081; 1091-1092; 1271-1272.

seus desígnios. Mais vantagens ainda Vieira encontra em Deus ter, como aliados, os portugueses: “a quem escolheste entre todas as nações do mundo para conquistadores da vossa Fé, e a quem destes por armas como insígnia e divisa singular vossas próprias chagas”⁵⁴. E, mais ainda, os portugueses que conquistaram tanto o Brasil quanto as terras remotas do Oriente, “mais por dilatar vosso nome e vossa fé (que esse era o zelo d’aqueles cristianíssimos reis), que por amplificar e estender seu império”⁵⁵.

Dessa forma, Vieira tenta convencer Deus a desistir de castigar os portugueses pecadores. O principal argumento utilizado é de que, caso Deus destruísse aquele povo – como parecia estar acontecendo –, poderia se arrepender no futuro e os querer novamente como aliados para a realização dos planos divinos, conforme a doutrina da verdadeira religião, mas, então, não os encontraria, porque eles já teriam sido aniquilados. No restante do sermão, Vieira tenta, ainda, fazer com que Deus se arrependa até do pensamento que teria tido de castigar os portugueses pelos pecados cometidos. Acredito não ser necessário retomar toda a argumentação que se segue a partir desse ponto do sermão, porque creio já termos material suficiente para a análise que mais interessa a este trabalho.

É importante ter em mente que o sermão de bom sucesso de armas, normalmente pregado às vésperas de uma batalha, possuía a intenção de elevar o ânimo dos combatentes, ou, ainda, das pessoas próximas aos combatentes, as quais não iam para a batalha. Este sermão aponta, inicialmente, as derrotas que Portugal vinha sofrendo, as quais seriam fruto da punição divina dos pecados cometidos pelos homens. Em seguida, o sermão revela que, sendo os portugueses a nação eleita por Deus para realizar seus desígnios, bastaria que os portugueses corrigissem essa situação de pecado para que pudessem, então, confiar na graça de saírem vitoriosos da batalha, o que permitiria a continuidade da realização da obra da Providência.

⁵⁴ VIEIRA, A., 1945-48. p. 313. Vol. 14. Aqui Vieira faz referência, novamente, ao *Juramento d’elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 116-119.

⁵⁵ VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 313. Vol. 14.

CAPÍTULO 2

Cumpra vossas promessas

Passemos agora à análise do segundo sermão proposto, o *Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João*⁵⁶, pregado na Catedral da Cidade da Bahia, em 16 de dezembro de 1688. Se, no primeiro sermão analisado, Vieira não anuncia claramente sua profecia acerca da instauração do Quinto Império, mas apenas confirma a eleição divina de Portugal, anunciando as grandes chances de vitória na batalha que Portugal travaria contra a Holanda, esta pregação se caracteriza pela maior clareza com que expõe a profecia.

Vieira inicia este sermão declarando que a nação portuguesa, naquele momento, rendia graças a Deus pelo cumprimento das promessas que ele havia feito. Retomando, então, as palavras que, segundo o *Juramento de Afonso Henriques*, Cristo teria dito na fundação do reino de Portugal, afirma: “Prometestes que havíeis de olhar, e ver (...): e já temos nova e certa de que olhastes, e vistes”⁵⁷.

Retomando um sermão pregado nas exéquias da rainha de Portugal⁵⁸ quatro anos antes, Vieira afirma que a morte daquela rainha era necessária para o reino. Naquele momento, e ainda sofrendo as dores pela perda, os portugueses não conseguiam compreender esta necessidade, porque os acontecimentos compunham um mistério que Deus minuciosamente preparava e que só então, com o nascimento do primogênito da nova rainha, revelaria aos homens: “Corramos pois as cortinas aos segredos da Providência Divina, e vejamos nós agora o que só viam então os olhos de sua misericórdia postos nos nossos reis”⁵⁹.

Segundo Vieira, era necessário que, naquele momento, Deus tivesse levado desta vida a rainha de Sabóia, a qual era estéril, “para nos poder dar a augustíssima de Áustria”, a fecunda, que acabara de dar luz a um príncipe. Para Vieira, apenas a partir daquele nascimento é que surgiria a possibilidade de se descobrir o mistério no qual estavam envoltas estas palavras de Cristo dirigidas a D. Afonso Henriques: “pôs sobre

⁵⁶ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 183-219. Vol. 15.

⁵⁷ Ibid., p. 183. Vol. 15.

⁵⁸ A rainha de cuja morte Vieira se refere é D. Maria Isabel de Sabóia.

⁵⁹ Vieira, A., 1945-48. p. 183. Vol.15.

vós, e sobre vossa geração depois de vossos dias, os olhos de vossa misericórdia, até a décima sexta descendência, na qual se diminuirá a sucessão, mas nela assim diminuída ele tornará a por os olhos e verá”⁶⁰. Segundo o jesuíta, com estas palavras ditas na fundação do reino de Portugal, Cristo teria anunciado uma desgraça futura (que atenuaria a prole na décima sexta geração de D. Afonso Henriques) e ainda prometido o remédio dessa desgraça (que nesta mesma prole atenuada, ele olharia e veria).

Vieira se propõe, então, a descobrir qual era a décima sexta geração de D. Afonso Henriques para, então, revelar qual seria a prole atenuada. A décima sexta geração seria a do rei D. João IV, e a prole atenuada seria a do rei D. Pedro, porque, “depois do falecimento de seus irmãos, nele ficou a décima sexta geração em um só filho, e por um só fio”⁶¹. É, portanto, sobre o rei D. Pedro que deveria se cumprir a promessa divina de olhar e ver.

Descoberto sobre quem haveria de cumprir a promessa, Vieira se propõe a revelar ainda o que significava essa promessa de olhar e ver: “o olhar, e ver de Deus, em linguagem do mesmo Deus, e frase da Escritura Sagrada, é fazer Deus mercê de dar sucessão a quem é servido, e não outra, senão de filho varão”⁶². A prova de que é este o significado da promessa de Deus, Vieira fornece através da citação de um trecho do livro dos Reis no qual Anna, mulher de Elcana (príncipe da tribo real e levítica), sendo estéril e sem filho, orando a Deus para pedir-lhe um filho varão, disse “se vós, Senhor, olhando virdes a esterilidade de vossa serva, e me derdes um filho varão (...)”⁶³. Segue-se, pois, para o jesuíta, que “o olhar e ver de Deus, é dar filho varão”⁶⁴. Logo, o infante cujo nascimento era celebrado seria o desempenho dos olhos de Deus e mais: o rei prometido por Cristo na fundação do reino português e, desde então, esperado por todo o povo: “ele o esperado e suspirado parto do seu olhar e ver: ele o revelado e prometido ao primeiro rei: ele o glorioso e fatal reparador de sua descendência”⁶⁵.

A partir daí, Vieira afirma que, para que Deus, ao lançar a pedra fundamental do reino, anunciasse de forma especial o nascimento de um príncipe futuro, mesmo

⁶⁰ *Juramento d’elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 117.

⁶¹ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 185. Vol. 15.

⁶² Ibid., p. 186. Vol. 15.

⁶³ Ibid., p. 186. Vol. 15.

⁶⁴ Ibid., p. 186. Vol. 15.

⁶⁵ Ibid., p. 186-187. Vol. 15.

“havendo na posteridade de D. Afonso tantos reis, tantos príncipes, tantos infantes famosos, passando todos os outros em silêncio, só deste unicamente fizessem menção as promessas divinas”⁶⁶, com certeza seria

*“para que vejamos no meio de tantas razões de admiração, quão grandes esperanças deve conceber Portugal deste prodigioso e fatal nascimento, e quantas graças devemos dar a Deus, por em nosso tempo, e nesta idade, nos fazer uma tão inestimável mercê, que em tantos anos e séculos, nossos antepassados só podiam ler e esperar, mas não alcançaram, nem viram”*⁶⁷.

Na sequência do sermão, Vieira prega – baseando-se em escritos atribuídos ao profeta Isaías – que a verdade das promessas de Deus é infalível e que, mesmo que as promessas fossem feitas sobre coisas que deveriam se realizar após um longo período de tempo, período durante o qual muitas dificuldades para a realização da promessa poderiam surgir, os fiéis deveriam confiar na promessa, porque Deus desfaz todas as dificuldades para a sua palavra ser desempenhada. O exemplo que ele dá para essa afirmação é o da própria promessa feita na fundação de Portugal, a qual teria ocorrido em vinte e quatro de julho de 1139, tendo se passado 500 anos até que, em primeiro de dezembro de 1640, a décima sexta geração restaurasse o reino

*“e nesta compridíssima antiguidade de quinhentos anos, qual seria o labirinto de impedimentos e dificuldades, que os olhos divinos vigilantemente previam, e maravilhosamente venceram e desfizeram, para que o fio da décima sexta geração se não rompesse, ou quebrado se tornasse a atar na mesma sucessão continuada? Só quem não tem lido e compreendido as nossas histórias, não pasmará neste caso”*⁶⁸.

Uma das dificuldades que Deus teria desfeito para que se conservasse o fio da décima sexta geração seria o caso da morte do rei D. Fernando, no qual “viu-se a sucessão e coroa do primeiro Afonso em um dos maiores perigos e apertos, que se podem imaginar”. Segundo Vieira, o herdeiro legítimo do trono estava preso em Castela, e “o rei, que o queria ser por força, poderosamente armado; o governo nas mãos de uma mulher, e sobre mulher ofendida; os grandes divididos em parcialidades; as cidades duvidosas; as fortalezas, muitas entregues; e só o povo favorável, mas povo”⁶⁹. Nessa situação, Deus intervém:

⁶⁶ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 187. Vol. 15.

⁶⁷ Ibid., p. 187. Vol. 15.

⁶⁸ Ibid., p. 189-190. Vol. 15.

⁶⁹ Ibid., p. 190. Vol. 15.

*Nesta confusão temerosa, em que tudo ameaçava a última e total ruína, que fariam os olhos de Deus sempre vigilantes sobre Portugal? Assim como Sansão para derrubar o Templo dos Filisteus abraçou **duas colunas**, assim Deus levantou outras duas, para que o edifício, que ele fundara, se sustentasse, e não caísse”⁷⁰.*

Essas duas colunas as quais se faz menção foram o mestre de Aviz, D. João I, e o condestável D. Nuno Álvares, “os quais em tantas e tão desiguais batalhas, e com tantas e tão vantajosas vitórias defenderam gloriosamente a pátria, e tiveram mão na coroa”, e ainda,

“para fazer imortais na vida aqueles mesmos dois heróis, que já se tinham feito imortais na fama, casa Deus um filho do rei com uma filha do condestável, e funda neles a real casa e ducado de Bragança. Ora vede como nesta providência mostrou Deus outra vez, e confirmou ser ele o fundador do reino de Portugal”⁷¹.

Na seqüência, Vieira apresenta ainda mais um episódio da história de Portugal no qual a décima sexta geração esteve em risco: morreram os reis D. Sebastião e D. Henrique, ambos sem sucessão e, sucedendo natural e legitimamente a casa de Bragança no direito de D. Catharina, faltou aos duques (aqueles a quem Deus teria instituído, em Portugal, o poder de restaurar o reino na falta dos reis) o poder, posto que estavam oprimidos e avassalados. O que acontece então? “Lá se vai o reino a Castela”⁷². No entanto, se na terra o direito de D. Catharina foi oprimido, Deus “no mesmo tempo o levantou e fixou no céu”⁷³, de onde haveria de vir a décima sexta geração.

“Ouvi agora um dos maiores prodígios, que nunca se viu no mundo. No ano de mil quinhentos e oitenta, em que morreu o último rei D. Henrique, e por força dominou o nosso reino Filipe, que depois se chamou o primeiro de Portugal, apareceu um cometa (que nunca o céu acende de balde) (...) Observou este cometa um astrólogo de tão grande fama chamado Meslino, e imprimiu o juízo, que fez dele, em um tratado particular, no qual disse, que aquele cometa de mil quinhentos e oitenta, apontava com o dedo para o ano de mil seiscentos e quatro, e que neste ano havia de aparecer no céu uma nova maravilha no mesmo lugar, em que o mesmo cometa tinha desaparecido”.

Passados os vinte e quatro anos, teria aparecido no mesmo lugar, “uma estrela novamente nascida, e nunca vista no céu”⁷⁴. Segundo outro matemático da época,

⁷⁰ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 190. Vol. 15.

⁷¹ Ibid., p. 190. Vol. 15.

⁷² Ibid., p. 192. Vol. 15.

⁷³ Ibid., p. 193. Vol. 15.

⁷⁴ Ibid., p. 193. Vol. 15.

Heplero⁷⁵, a nova estrela teria sido vista e reconhecida pelos astrólogos da Alemanha, e todos diziam “estrela nova, reino novo: estrela nova, rei novo”⁷⁶. E qual é o rei nascido naquele ano? D. João IV, “e assim como a estrela nasceu no lugar onde morreu o cometa, assim ele nasceu para suceder o lugar em que morreu D. Henrique (...). Das cinzas de D. Henrique ressuscitou como fênix a coroa, que nele morto, se tinha sepultado”⁷⁷.

Vieira conta ainda que “sempre os portugueses esperaram por um rei que os havia de restaurar”⁷⁸, e muitos acreditaram que esse rei seria D. Sebastião⁷⁹. No entanto, os portugueses esperavam pelo rei errado, já que o restaurador seria D. João IV. E esse engano Vieira afirma ser fruto da Providência Divina que, com o intuito de preservar o restaurador, manteve ainda o engano desde 1604 até o ano de 1640,

*“em que nos restaurou debaixo das cinzas do falsamente esperado, se conservou a vida do verdadeiramente prometido. Não se conserva a brasa encoberta e viva debaixo das cinzas que a cobrem e escondem? Pois assim se conservou a décima sexta geração de D. Afonso, debaixo das cinzas de D. Sebastião, sem ninguém esperar, nem imaginar tal coisa. Chegou o ano de quarenta, assoprou Deus as cinzas, e apareceu a brasa viva”*⁸⁰

Segura, portanto, a décima sexta geração, faltava ainda a atenuação da prole. Segundo Vieira, a tarefa de Deus aqui foi desfazer, já que a prole de D. João não havia sido atenuada mas, ao contrário, multiplicada em três filhos: D. Theodósio, D. Afonso e D. Pedro. O primeiro, Deus o levou cedo, o segundo tornado rei D. Afonso VI, governou em época de grandes e difíceis batalhas e de maiores triunfos de Portugal até que morreu também para que “em um só e único fio ficasse atenuada a prole, em que Deus tinha prometido de olhar, e ver”⁸¹; e este fio era D. Pedro. Mas mesmo assim, o que parece é que Deus ao invés de olhar e ver, “cerrou totalmente os olhos”⁸². E isto porque o “olhar e ver de Deus” é dar filho varão, e D. Pedro possuía apenas uma filha e

⁷⁵ Segundo Vieira, Heplero foi “um dos mais famosos matemáticos” do século XVII e teria escrito um livro sobre a estrela nova. Cf. VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 1904 Vol. 15.

⁷⁶ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 194. Vol. 15.

⁷⁷ Ibid., p. 194. Vol. 15.

⁷⁸ Ibid., p. 195. Vol. 15.

⁷⁹ O qual deu origem às crenças no Sebastianismo.

⁸⁰ Ibid., p. 195-196. Vol. 15.

⁸¹ Ibid., p. 197-198. Vol. 15.

⁸² Ibid., p. 198. Vol. 15.

uma esposa estéril. Planejaram então o casamento da filha com um príncipe de Sabóia, e organizaram, em Lisboa, uma solene procissão em ação de graças. Sucede, porém que,

“como ao entrar do Rocio tropeçasse o cavalo de S. Jorge e caísse o Santo, caso nunca até então sucedido, lembra-me que ouvi dizer a um sujeito bem conhecido na corte: Só S. Jorge caiu no que isto é: aquela procissão não é procissão, é um enterramento mal conhecido, em que Portugal, com festas e danças, vai sepultar a baronia dos seus reis naturais: mas não havia Deus de permitir tal coisa, porque tinha prometido o contrário”.

O casamento planejado não se realizou e, mais ainda, morreu a rainha estéril, esposa de D. João IV para que, sem o impedimento do matrimônio, “pudesse a prole atenuada contrair segundas e mais felizes bodas”⁸³. E Deus deu, então, ao rei, uma esposa fecunda e “abriram os olhos divinos, que parece estavam cerrados (...). E este filho varão, com cujo felicíssimo nascimento nos alegamos, é o fruto, é o efeito, e é o desempenho prometido do olhar e ver de Deus”⁸⁴.

Seguindo a pregação, o Padre Vieira afirmará a necessidade de dar graças a S. Francisco Xavier, a quem D. João III havia encomendado o zelo e a conversão dos gentios da Índia, e ainda a reforma de Portugal. Segundo Vieira, o santo agradecia as obrigações que devia a D. João III em D. João IV, pai da prole atenuada, dando-lhe o neto.

Outro ponto importante do sermão é a afirmação de Vieira de que, mesmo tendo Deus prometido o nascimento desse infante 500 anos antes, eram necessárias as orações feitas pela rainha, sua mãe, pedindo a intercessão de S. Francisco Xavier “porque quando Deus promete sem lhe pedirem, para conceder o mesmo que prometeu, quer que lhe peçam de novo”⁸⁵. Como prova cita um trecho do livro de Malaquias, segundo o qual Deus havia prometido um filho a Zacarias, que teria passado “quinhentos e tantos anos (...) fazendo sacrifícios, e orando”⁸⁶ para, só então, Deus lhe dar o filho prometido.

Se, até agora, Vieira analisou diversos episódios da história de Portugal (descobrimos analogias entre tais episódios e algumas passagens bíblicas, além de algumas profecias correntes em seu tempo), episódios estes que comprovariam que o infante nascido seria um príncipe profetizado na fundação de Portugal, a partir desse

⁸³ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 199. Vol. 15.

⁸⁴ Ibid., p. 199. Vol. 15.

⁸⁵ Ibid., p. 203. Vol. 15.

⁸⁶ Ibid., p. 198. Vol. 15.

momento Vieira anunciará uma outra profecia: “este príncipe fatal, tantos séculos antes profetizado, e em nossos dias nascido, não só há de ser rei, senão imperador”⁸⁷, e isto porque Cristo, ao aparecer a D. Afonso Henriques, teria lançado “a primeira pedra na fundação do reino de Portugal”⁸⁸ e anunciado a fundação de um império: “no mesmo tempo tinha Deus posto os olhos em Afonso para então, e na sua descendência para depois; em Afonso para o reino, e na sua descendência para o império: em Afonso para o fazer rei, e em algum descendente seu para o fazer imperador”⁸⁹ e conclui afirmando que este descendente “é o príncipe profetizado, que hoje temos nascido”. Vieira explica, então, qual será esse império, do qual o novo infante haveria de ser imperador: será “um império novo, maior que todos os passados, não de uma só nação ou parte do mundo, mas universal e de todo ele”⁹⁰.

A certeza de que haverá este império é dada pelas Escrituras, a partir do livro de Daniel. Interpretando aquele trecho desse livro já narrado aqui anteriormente, Vieira afirma que

“A cabeça de ouro significa o primeiro império, que é o dos Assírios, a que hão de suceder os Persas: o peito de prata significa o segundo império, que é o dos Persas, a que hão de suceder os Gregos: o ventre de bronze significa o terceiro império, que é o dos Gregos, a que hão de suceder os Romanos: o demais de ferro até os pés, significa o quarto império, que é o dos Romanos, a que há de suceder o da pedra, que derrubou a estátua: e a mesma pedra significa o quinto império, a que nenhum outro há de suceder, porque ele é o último (...) este império dominará o mesmo mundo, e será reconhecido e obedecido de todo ele”⁹¹.

É a este império que a Providência Divina teria destinado, como imperador, o menino recém-nascido. E visando já se defender dos argumentos contrários a esta tese, que se pautariam na afirmação de que o Quinto Império haveria de ser de Cristo, e não dos portugueses, Vieira retoma as palavras de Cristo a D. Afonso Henriques: “eu quero em ti, e teus descendentes fundar para mim um Império”⁹². A partir daqui, Vieira, argumentando que não se pode conhecer com exatidão o ano em que tal império será estabelecido, afirma, contudo, que “o tempo se pode conhecer claramente (...). Quando

⁸⁷ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 206. Vol. 15.

⁸⁸ Ibid., p. 206. Vol. 15.

⁸⁹ Ibid., p. 207. Vol. 15.

⁹⁰ Ibid., p. 207. Vol. 15.

⁹¹ Ibid., p. 208. Vol. 15.

⁹² *Juramento d'elrei D. Affonso Henriques*. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 118.

Deus extinguir o império turco⁹³, que tão precipitadamente vai caminhando à sua ruína, e que tantas terras domina nas três partes do mundo, então há de levantar este império universal”⁹⁴.

Concluindo o sermão, Vieira afirma que “todos os reis são de Deus, mas os outros reis são de Deus feitos pelos homens: o rei de Portugal é de Deus, e feito por Deus, e por isso mais propriamente seu”. E a qual rei de Portugal Deus dará o Quinto Império, o seu império? Responde: “Digo que não é, e não pode ser outro, senão o que agora nasceu (...). Ele [é] o desempenho da palavra de Deus, e o rei seu, a quem há de dar o império”⁹⁵. Finalmente, Vieira afirma que Deus, para não faltar com sua palavra, quer que os homens façam orações pedindo a realização das promessas divinas. Concluindo o sermão Vieira faz, então, uma oração nesse sentido.

O sermão de ação de graças tinha por função dar graças a Deus pela vida de uma pessoa ou por algum acontecimento importante. Quando a celebração em ação de graças comemorava o aniversário de alguém, aproveitava-se a ocasião para exaltar os feitos da vida daquela pessoa. O mesmo não costumava acontecer nos sermões de ação de graças por nascimentos, já que na ocasião do nascimento não há, comumente, feitos a exaltar. No entanto, este sermão em ação de graças pelo nascimento do infante é uma exceção, já que exalta os feitos futuros do recém-nascido, baseando-se, para isso, nas profecias anunciadas a partir dos sinais divinos descobertos pelo seu nascimento. Esses sinais, que permitem a Vieira anunciar a profecia do Quinto Império, já estavam presentes no mundo desde a Criação e perpassam toda a história de Portugal, recontada e (re)interpretada por Vieira à luz do novo nascimento. Tudo isto é narrado no sermão como forma de repreender os ouvintes que não acreditam na realização das promessas divinas, convencê-los a acreditar e rezar agradecendo a Deus pelas promessas feitas, bem como pedindo sua realização plena.

⁹³ Segundo Vieira, os teólogos antigos acreditavam que este Quinto Império só seria erguido após a vinda do anti-Cristo na Terra. No entanto, “depois que veio ao mundo Mafoma e a sua seita, que os antigos Padres não conheceram (...) o mais comum sentimento de gravíssimos e eruditíssimos Intérpretes” é de que o que haveria de preceder o surgimento do Quinto Império seria essa seita de Mafoma.

⁹⁴ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 212. Vol. 15.

⁹⁵ Ibid., p. 218. Vol. 15.

CAPÍTULO 3

Mostra-nos vossos desígnios em meio à dor

O terceiro sermão que propus analisar neste trabalho possui estreita relação com o *Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João*⁹⁶. Poucos dias após ter pregado esse sermão anunciando todas aquelas profecias sobre o futuro do infante e do reino português, Vieira teria recebido a notícia da morte do recém-nascido (com apenas 18 dias de vida) sem, é claro, que as profecias tivessem se cumprido. Vieira teria proferido, então, um novo sermão chamado *Palavra do Pregador Empenhada e Defendida*, também conhecido como *Discurso Apologético*⁹⁷, o qual teria sido pregado secretamente à rainha, “para alívio das suas saudades, depois do falecimento do príncipe D. João”⁹⁸. Esse sermão se constituiu como explicação do motivo pelo qual o príncipe, aquele tão esperado para cumprir a profecia de instaurar na Terra o Quinto Império, teria morrido com tão poucos dias de vida:

*“o principal intento do presente discurso, que é concordar a segunda nova da morte do príncipe que está no céu, com a primeira do seu nascimento, e sustentar a verdade de tudo o que preguei e prometi no panegírico do mesmo nascimento, sem embargo de termos já morto o mesmo nascido”*⁹⁹.

Segundo Vieira, o fato de o príncipe esperado e profetizado ter morrido não significa, de forma alguma, um descumprimento, por parte de Deus, das suas promessas feitas, nem muito menos um risco para a realização da profecia pregada no sermão tratado anteriormente. Se os primeiros efeitos do “olhar e ver de Deus” eram dar filho varão, os segundos efeitos eram a morte desse mesmo filho varão, com que “os secretos da presciência divina, os quais só vêem os olhos de Deus, e não podem alcançar os humanos” já haviam preparado não para desfazer os primeiros efeitos daquele “olhar e

⁹⁶ VIEIRA, A. Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Majestades, que Deus guarde. In: **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 183-219. Vol. 15.

⁹⁷ VIEIRA, A. Discurso Apologético. **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 35-105. Vol. 15.

⁹⁸ Ibid., p. 35. Vol. 15.

⁹⁹ Ibid., p. 39. Vol. 15.

ver”, mas para aperfeiçoá-los¹⁰⁰. “Quis que o nosso infante nascesse a esta vida, para que fosse viver à outra, não morto propriamente, mas trasladado”.¹⁰¹

Vieira retoma alguns dos argumentos do sermão analisado anteriormente, e os relaciona a uma passagem bíblica: “viu S. João no Apocalipse uma mulher vestida de sol, e coroada de doze estrelas, com a lua debaixo dos pés: e diz que esta mulher pariu um filho varão, o qual havia de dominar todas as gentes do mundo”¹⁰². Vieira afirma que, nessa passagem, tem-se o desempenho da palavra de Deus (o parto de um filho varão) e também o da sua palavra (o império universal que este mesmo filho estabelecerá sobre o mundo). Além disso, essa “figura maravilhosa” vista por João significaria que “este filho varão nascido para imperador universal, havia de ser príncipe cristão, e filho da Igreja Católica”¹⁰³, e ainda “a circunstância do tempo em que havia de nascer à Igreja aquele filho varão, e dominador do mundo”¹⁰⁴. A circunstância do tempo

*“é a que com admiração do mundo concorreu neste mesmo ano em que nasceu o nosso príncipe, como bem mostra a experiência presente na torrente continuada de tantas e tão gloriosas vitórias, com que a Igreja e as Cruzes Cristãs vão metendo debaixo dos pés as Luas otomanas”*¹⁰⁵.

Na sequência desse trecho bíblico, João continuaria dizendo que “pariu o filho varão, que havia de imperar sobre todas as gentes, e Deus subitamente o levou para si, e ao seu trono”¹⁰⁶. Estava já, ali, anunciada a morte do recém-nascido filho varão da prole atenuada da décima sexta geração de D. Afonso Henriques. Notemos como Vieira considera que essa morte prematura já estava profetizada havia muito tempo, desde a escrita do livro de Apocalipse por João. No entanto, a descoberta de que tal passagem bíblica possuía correspondência direta com a profecia do Quinto Império, da qual Vieira achava ser Portugal o elemento construtivo principal, só se efetiva a partir do desenrolar dos tempos, com a morte desse infante. Se o nascimento do menino revela muitas profecias e sinais divinos sobre como se daria a realização da Providência, mantém ainda algumas profecias e sinais encobertos, os quais a morte do mesmo menino ajudaria a descobrir e a revelar.

¹⁰⁰ VIEIRA, A. Discurso Apologético. **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. P. 38. Vol. 15.

¹⁰¹ Ibid., p. 38-39. Vol. 15.

¹⁰² Ibid., p. 40. Vol. 15.

¹⁰³ Ibid., p. 40. Vol. 15.

¹⁰⁴ Ibid., p. 41. Vol. 15.

¹⁰⁵ Ibid., p. 42. Vol. 15.

¹⁰⁶ Ibid., p. 43. Vol. 15.

Ainda segundo Vieira, a morte do príncipe era necessária porque “a posse deste império, com ser temporal e da terra, não se havia de tomar na terra, senão no céu”¹⁰⁷, e só se pode tomar posse no céu morrendo e indo para o mesmo céu. A necessidade de a posse ser tomada no céu é justificada por um trecho do livro de Daniel:

*“e vi, diz o Profeta, que vinha arrebatado das nuvens do céu o quase filho do homem, e que chegava até o trono de Deus, onde lho ofereciam e presenteavam, e que o mesmo Deus lhe dava o poder, a honra, e o reino universal, para que todas as nações, todas as línguas, e todas as gentes lhe obedecessem, e o servissem”*¹⁰⁸.

E se era necessário morrer para tomar posse no céu, era necessário antes que nascesse vivo, e vivesse alguns dias para ser batizado e se tornar, então, um membro da Igreja Católica: “Esta foi a razão e novo mistério no nosso príncipe, tanto de morrer logo depois de nascido, como de não nascer morto, a que esteve muito arriscado”¹⁰⁹.

Continuando a pregação, o orador afirmará que “depois de tomada a posse no céu, quem há de ser o que governe, administre, e exercite o mesmo império na terra”¹¹⁰ será o herdeiro do príncipe morto: seu irmão, cujo nascimento é também profetizado. O império será constituído, pois, por dois irmãos, porque “assim o costuma Deus nos reinos que ele fez, e de que ele é o Rei, quais foram unicamente neste mundo, primeiro o reino de Judá, e depois o de Portugal”¹¹¹; e garante ainda que, para reservar a cada um dos irmãos a parte que tem direito na sucessão, “fazendo de dois irmãos um só filho, de dois filhos um só descendente, de dois descendentes um só herdeiro. (...) formarão ambos um imperador nunca visto, nem imaginado, composto de dois, um vivo e outro morto.”¹¹²

E se o nascimento de um novo filho varão parece incerto, Vieira o garante através de três razões: uma, provável, fundada no livro de Reis, o qual diz que quando Deus atendeu ao pedido de Ana de olhar e ver e lhe dar filho varão, Deus lhe dera não

¹⁰⁷ VIEIRA, A. Discurso Apologético. **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 43-44. Vol. 15.

¹⁰⁸ Ibid., p. 44-45. Vol. 15.

¹⁰⁹ Ibid., p. 46. Vol. 15.

¹¹⁰ Ibid., p. 48. Vol. 15.

¹¹¹ Ibid., p. 48-49. Vol. 15. Vieira retoma aqui a descrição feita no Evangelho de Mateus sobre a descendência de Judá, descrição esta que normalmente apresenta apenas o primogênito de cada pai, mas no caso de Judas apresenta dois filhos (Pharés e Zara), porque na hora do nascimento, um deles teria colocado o braço para fora, o qual teria sido marcado para identificação da primogenitura, no entanto, o menino teria recolhido o braço e dado lugar ao irmão que era o segundo, mas herdou a primogenitura. Vieira descobre, aqui, uma analogia entre esse episódio “com que Deus lançou os primeiros fundamentos à sucessão do reino de Judá” e os fundamentos primeiros do império de Portugal: o príncipe nascido logo se retirou para o céu, e o príncipe que há de nascer é o que logrará a posse do império.

¹¹² VIEIRA, A., 1945-48. p. 50. Vol. 15.

apenas um filho, mas vários, além do que o olhar e ver de Deus significa atenção e cuidado, e ele não tiraria de Portugal esse olhar que prometera. A segunda razão, considerada quase certa, se baseia na obrigação de São Francisco Xavier, o qual teria tido grande parte na primeira gravidez e, quase certamente, auxiliaria também em uma segunda. Finalmente, a terceira razão, infalível, é fundada na promessa de Cristo feita a D. Afonso Henriques de estabelecer na sua descendência o seu império, havendo, pois, a necessidade de um outro irmão, como demonstrado anteriormente.

Continuando com a interpretação do mistério acerca do estabelecimento do Quinto Império, Vieira se baseia ainda no livro de Daniel para afirmar que o Império Otomano não chegaria ao ano de 1700, quando o infante nascido, caso não estivesse morto, teria apenas onze anos, idade insuficiente para travar as importantes batalhas e obter as vitórias necessárias à instauração daquele novo império. Com a morte do príncipe, mesmo que Deus se apressasse em mandar rapidamente o novo príncipe, as mesmas dificuldades de tempo para que o imperador pudesse, então, fundar o novo império ainda concorreriam. Porém, para Vieira, a morte do príncipe ajustaria mesmo esse problema de não dar tempo para ele adquirir idade suficiente até que o Império Otomano fosse destruído: morrendo o príncipe, e tomando a posse no céu, é o seu pai, o único herdeiro, quem haveria de introduzir o novo império. Nesse momento, Vieira discursa sobre as virtudes de D. Pedro, virtudes estas relacionadas à força, valor, qualidades de bom guerreiro, experiência, juízo e compreensão para com os negócios, fé para travar guerras contra os infiéis e à piedade necessária para a recuperação da Terra Santa.

Em seguida, Vieira comprovará, através de matemáticos, políticos, santos e até maometanos, que, havendo no mundo tantas coroas mais capazes da grandeza de destruir o Império Otomano, os Portugueses, tão pequenos, serão os que concretizarão a façanha. Isso porque: segundo os historiadores, todos os reis de Portugal, desde a sua fundação, sempre tiveram grande inclinação contra os turcos e mouros, seguidores da seita de Mafoma; porque, segundo os matemáticos e astrônomos, a estrela nascida no céu em 1604 anunciava um rei restaurador, e o surgimento de uma nova monarquia que dominaria todo o universo; porque, segundo os políticos, os movimentos da política devem seguir os movimentos naturais do universo, que, como o sol, sempre se dirigem do oriente para o ocidente, e, sendo Portugal o país mais a ocidente (em oposição ao primeiro império, o dos Assírios, que ficava mais a Oriente que todos os outros), lá é

que surgirá o último império; porque as profecias de Santo Isidoro também confirmam este destino reservado a Portugal e, por último, porque um alcaide mouro teria dito a dois portugueses (Francisco Menezes e Jorge de Albuquerque) presos sob seu domínio, que, nos seus mosefos (livros de tradições), estava escrito que, em Portugal, nasceria uma cobra muito arrogante, a qual, querendo tragar o mundo, conquistaria a África e seria senhora da maior parte do mundo¹¹³. Concluindo a pregação, Vieira analisa um texto do livro do profeta Isaías, chegando ao parecer de que, para que se concretizasse o fim daquelas felizes esperanças de Portugal, Deus ainda haveria de castigá-los, fazendo com que muitos perecessem, permitindo restar “só os poucos que tiverem juízo, e obrarem com juízo como homens”¹¹⁴.

Apesar de o título deste sermão não o apresentar como um sermão de exéquias fúnebres, pode-se afirmar que ele se encaixa neste subgênero, que tem como função, sentir a morte, louvar o morto e consolar os vivos. Isto porque o próprio pregador menciona o cumprimento destas tarefas quando diz, por exemplo: “parece-me (se me não engano) que o discurso desta apologia tem bastantemente consolado as nossas saudades, assegurado nossas esperanças, e defendido a verdade das minhas promessas muito a pesar da morte, e a prazer do morto”¹¹⁵. A morte é sentida apenas enquanto condição que afasta o infante da presença das pessoas; ao mesmo tempo essa morte é o motivo de louvor do morto e de consolo dos vivos, porque através dela, o infante (e, com ele, Portugal) dá mais um passo em direção à concretização das promessas divinas feitas aos lusitanos.

Se no sermão anterior o nascimento do infante fornecia a condição para interpretar a história de Portugal – descobrindo nela alguns elementos que sinalizavam as profecias acerca do Quinto Império –, a morte do infante, que colocaria em risco a crença nessas profecias, é utilizada por Vieira como mais uma chave entregue por Deus à sua Igreja para que ela pudesse interpretar de forma ainda mais eficaz, os sinais divinos ocultos na história portuguesa, que revelariam os planos preparados por esse Deus para o estabelecimento do Quinto Império. Nesse sentido, Vieira repreende o auditório por duvidar das profecias, convence-o a acreditar nelas e, ainda, revela que,

¹¹³ VIEIRA, A. Discurso Apologético. **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. p. 76-101. Vol. 15.

¹¹⁴ Ibid., p. 104. Vol. 15.

¹¹⁵ Ibid., p. 61. Vol. 15.

para que elas se cumpram, são necessárias orações e a constância do auditório em seguir cumprindo os desígnios divinos.

CONCLUSÃO

“E então veremos face a face”. Cor 13: 12b.

O sermão do século XVII organiza a fé católica, descobrindo os sinais ocultos por Deus no mundo desde a Criação, descobrimento que se dá com a ajuda do desenrolar das ações históricas, que nada mais são do que a realização da Providência. No caso de Vieira, este desenrolar revelaria, ao exegeta cristão, a eleição de Portugal e o caminho a ser seguido para chegar ao fim preparado. Ao pregador caberia demonstrar esses sinais ao auditório, de forma a conduzi-lo à correção moral¹¹⁶. Digo correção moral porque todo sermão sempre apresenta ao corpo de ouvintes, inicialmente, o estado de coisas em que este se encontra (normalmente um estado de coisas más, um estado decaído) para depois iniciar o movimento de conduzir os homens ao conhecimento de si mesmos, e de suas ações no mundo, fazendo com que os homens reencontrem neles a sua essência naturalmente boa.

As noções de bem e mal são retomadas por Vieira de Santo Agostinho e ainda de uma interpretação aristotélica do mesmo. Se o bem é aquilo que permanece em acordo com a ordem natural do universo criado por Deus, em acordo com sua essência, o mal é entendido não como oposto ao bem, mas como aquilo que o corrompe, seja pela falta ou pelo excesso. Deus cria o homem reto, dotado de vontade boa, e o homem, por arbítrio, pode abandonar a obra de Deus e se voltar para as suas próprias obras; obras más, quando atendem à ambição, à vaidade e ao orgulho dos homens, ao invés de atender às vontades do Criador:

“Uns mantêm-se no bem, comum a todos, que para eles é o próprio Deus, e na sua eternidade, na sua verdade, na sua capacidade; os outros, comprazendo-se mais no seu poder pessoal, como se fosse bem seu próprio, afastaram-se do supremo bem, fonte universal de felicidade e preferindo o fausto da sua elevação à eminentíssima glória da eternidade, a astúcia da sua vaidade à plena certeza da verdade, as suas paixões de facção à indivisível caridade – tornaram-se orgulhosos, enganadores e invejosos”¹¹⁷.

Essa concepção de bem e mal pode ser percebida através de diversas passagens da obra de Vieira, como, por exemplo, em um trecho de um sermão no qual o padre

¹¹⁶ PÉCORA, A., 2009. p. 1.

¹¹⁷ AGOSTINHO., 1991. p. 1079-1081; 1091-1092; 1271-1272.

define o pecado como “*Aversio a Deo e conversio ad creaturam*”¹¹⁸: aversão a Deus e conversão às criaturas. Se, para Vieira, a conversão do homem às criaturas é pecado, quer dizer que para permanecer bom, puro, sem pecado, o homem deve se manter junto de Deus, agindo conforme sua criação.

Já para Aristóteles¹¹⁹, essa corrupção do que ele chama de “virtude” (*aretê*), pode se dar pela falta ou pelo excesso:

*“está na natureza dessas coisas o serem destruídas pela falta e pelo excesso, como se observa no referente à força e à saúde (...). Tanto a deficiência como excesso de exercício destroem a força e, da mesma forma, o alimento ou a bebida que ultrapassem determinados limites, tanto para mais quanto para menos, destroem a saúde ao passo que, sendo tomados nas devidas proporções, a produzem, aumentam e preservam”*¹²⁰.

A interpretação desses filósofos aponta, na teologia cristã, para a concepção de que o homem é bom por sua criação, mas pode se tornar mal por sua vontade. Porém, mesmo quando o vício torna o homem mal, sua essência (ou potência) não deixa de ser boa. Por isso, o movimento de correção moral, buscado no sermão, indica aos ouvintes o caminho de retorno a si mesmos, à sua essência boa.

É possível perceber esse movimento nos três sermões analisados aqui: no *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda*, Vieira deixa claro que o estado de coisas em que os homens se encontram é um estado de pecado geral, sem nomear quais seriam esses pecados. Já no *Sermão em Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João* e no *Discurso Apologético*, o principal elemento que torna o estado dos homens mal é a falta de crença na realização das promessas divinas, acrescida, no último sermão, por certa revolta diante da morte do infante recém-nascido, o qual seria elemento essencial para a concretização daquelas promessas.

Podemos perceber que, nos três sermões, além de cumprir com as obrigações particulares de cada subgênero da parenética (animar para a guerra, louvar o vivo ou o morto, dar graças a Deus e consolar os vivos por uma perda), Vieira indica que o caminho a ser percorrido pelo auditório na direção do bem, visando a correção moral, é um caminho de retorno à sua essência, à essência da nação portuguesa, uma essência

¹¹⁸ VIEIRA, A. Sermão da Publicação do Jubileu. In: **Sermões**. Porto: Lello & Irmão, 1959. p. 147. Vol. XIV.

¹¹⁹ Aristóteles é um pensador retomado por Tomás de Aquino, que também é grande influência para a teologia do século XVII.

¹²⁰ ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Os Pensadores**. Abril S/A Cultural e Industrial: São Paulo, 1973. p. 268. Vol. IV.

naturalmente boa, e ainda mais: eleita por Deus para concretizar, de forma especial, as vontades desse criador, o bem supremo. Essa essência é descoberta por Vieira e revelada nos sermões através da atualização dos sinais proféticos que Deus preparou para Portugal, sinais que são descobertos a partir do desenrolar da própria história lusitana.

Se a origem do reino está ligada a uma vontade divina, como na fábula teológico-política fundadora de Portugal, Vieira seleciona e articula episódios da história que vão desde a vitória (que parecia improvável) portuguesa no Campo de Ourique; passando pela expansão marítima do pequeno país que era Portugal e os conseqüentes domínios estabelecidos na África, Ásia e América; pelos fracassos sofridos por Portugal em algumas batalhas travadas (tais como contra a Holanda, invasora da província do Brasil); pela morte dos reis que não deixaram sucessão; pelo estabelecimento da União Ibérica; pela posterior restauração do reino; por um cometa que passa no céu e uma estrela que nasce no mesmo lugar anos depois; pela preservação da descendência de D. Afonso Henriques até a 16ª geração, apesar dos percalços; pela crença no Sebastianismo; pela morte do infante D. Theodósio e do rei D. Afonso VI, irmãos de D. Pedro; pela única filha que teve D. Pedro; pela queda do cavalo, sofrida por São Jorge em uma procissão; pela não concretização de um casamento planejado; pela infertilidade de D. Maria Franscisca de Sabóia; pela morte da mesma rainha; pelo segundo casamento de D. Pedro; pelo nascimento do novo infante; até chegar à morte prematura desse mesmo infante. E isso para citar apenas alguns dos episódios da história de Portugal tratados apenas nestes três sermões analisados¹²¹. Neles, nada é acidental, fortuito, casual; mas, antes, tudo é providencial, anúncio, profecia, sinal.

Dizia eu que Vieira seleciona episódios da história de Portugal e, sendo eles bons, vitoriosos, motivos de felicidade e orgulho para o reino, revela-os como sinais misteriosos de que Deus elegeu a nação portuguesa dentre as demais, para uma missão especial; sendo eles ruins, relacionados a infortúnios ou acontecimentos trágicos e tristes para o reino, relaciona-os ou a sinais misteriosos de castigo, alertando o auditório para algo que estivesse praticando contrariamente às vontades de Deus ou, ainda, descobre-os como frutos da ação da Providência que cuidadosamente mobiliza as peças

¹²¹ Há outros episódios nestes sermões, e há diversos outros sermões, no conjunto da obra de Vieira, que repetem estes fatos e citam ainda muitos outros, de maneira e com propósitos semelhantes.

do quebra-cabeça da Criação divina, tendo sempre em vista a imagem final que o próprio Deus preparou desde a origem dos tempos.

Para que se chegue a essa imagem final, há que se mover as peças de acordo com o caminho previamente preparado. Há os meios corretos a seguir, sem os quais o fim não é atingido. De acordo com Pécora, Vieira entende e narra o tempo como um *modelo sacramental*, ou seja, como uma emanção de Deus que subordina a História e a natureza, compondo-as como alegorias do divino. A eternidade está presente em todos os tempos, que são diferentes entre si, mas semelhantes por conter o divino, o qual se repete identicamente na diferença dos eventos. Assim, o pressuposto básico do sermão é de uma permanente projeção de Deus no mundo: se os acontecimentos bíblicos são constantemente refletidos sobre o decorrer dos acontecimentos históricos, tal reflexo deve ser interpretado como mensagem da Providência, que permite que a sucessão dos fatos colabore, cada vez mais, na compreensão das escrituras e dos planos de Deus para com os homens.

Dessa forma, se nada é por acaso, se nada é acidental, mas tudo é cuidadosamente planejado por Deus, e por um Deus que se projeta idêntico em todas as coisas, em todas as temporalidades, fornecendo sempre mensagens para a compreensão do seu plano para os homens, podemos considerar como sendo absolutamente próprio, ao tempo de Vieira, interpretar os acontecimentos positivos do reino como sinais divinos de eleição, ou de que o reino estaria no caminho do bem. Da mesma forma, seria próprio, ao tempo de Vieira, interpretar os acontecimentos infelizes do reino como castigos divinos, como sinais de desvio da correta ordem das coisas. Seria, ainda, próprio interpretá-los como dificuldades necessárias à realização dos planos divinos, desde que se encontrasse, sempre, uma correspondência destes sinais em passagens das Sagradas Escrituras, em interpretações de mundo feitas pelos santos, ou ainda em profecias (mesmo naquelas que não fossem declaradas aceitas pela Igreja Católica¹²²).

É preciso considerar, por último, uma concepção importante para a época: a concepção neo-tomista que fundamenta a origem do Estado no direito natural e o organiza, enquanto Estado Monárquico Católico, sob a forma de um Corpo Místico de ordens subordinadas ao rei. Essa noção pressupõe a alienação do poder no monarca, um poder que não é laico, mas sagrado, já que o Estado é elemento condensador das vontades divina e humana. Um Estado Monárquico Católico, como Portugal,

¹²² Como, por exemplo, as *Trovas* de Bandarra.

compreendido como tendo vocação divina, deve ser aliado da Igreja na sua militância. Segue-se, pois, uma razão de Estado que busca a conciliação dos valores cristãos e das atividades temporais do reino, como forma de enquadrar sua ação no mundo em acordo com uma ética cristã¹²³:

*“O Estado cristão pensado por Vieira não é jamais objeto autônomo de política, mas objeto de teologia política; não é resultado de uma laicização do pensamento sobre as organizações do poder entre os homens, mas o resultado de uma transferência da fundamentação sacra do poder da Igreja para a monarquia nacional”*¹²⁴.

Nesse sentido, Portugal, como nação cristã eleita para ampliar o universo católico, só legitima sua própria existência, bem como sua expansão, cumprindo essa vocação. A Igreja, por sua vez, aliando-se ao Estado em seus projetos, garante sua expansão (tão necessária em época de Igreja contra reformada) e aproxima-se da concretização dos desígnios divinos, através, é claro, do caminho providencialmente preparado.

Não fica tão difícil entender, agora, alguns dos motivos que teriam levado Vieira a inserir, nas suas pregações, as profecias acerca do reino. Acreditar em um reino eleito por Deus para conduzir a humanidade no caminho da salvação é concordar com a teoria da constituição do Estado Monárquico Católico e reafirmar que os projetos desse reino devem estar sempre em consonância com os projetos da Igreja ou, mais ainda, com os projetos de Deus para a Igreja. Deus, por sua vez, cumpre a sua parte projetando-se na história de Portugal de forma especial, para transmitir seus sinais, para indicar os passos que esse reino deve seguir, garantindo seu sucesso e crescimento. Já a Igreja, representada aqui pelo pregador, participa desse projeto como detentora da correta forma de interpretar sinais e transmiti-los aos homens pelo sermão.

Por mais absurda que a eleição divina de Portugal e a profecia do Quinto Império possam parecer hoje, mais de três séculos depois, esses elementos, presentes nos sermões, eram bastante verossímeis para o reino lusitano da época e essenciais para o estabelecimento de sintonia entre os projetos políticos e religiosos do reino (se é que podemos separar essas esferas) e, ainda, entre os projetos das diferentes partes que compunham o Corpo Místico. Nos sermões dirigidos a personagens ilustres do reino,

¹²³ SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 391-460.

¹²⁴ PÉCORA, A., 1994, p. 131-132.

com forte poder de ação política, ou seja, membros da alta hierarquia, a inserção desses assuntos na pregação visava influenciar as ações dessas personagens no sentido de seguir esse caminho preparado por Deus, como é o caso do sermão pregado à rainha após a morte do infante recém-nascido: busca-se confortar as dores da rainha através da conformação com a morte, que deve ser motivo de orgulho para o reino, o qual deve seguir na guerra contra os mouros, com a confiança de que eles seriam destruídos no prazo máximo de onze anos quando, então, Portugal assumiria a condição de Império Universal.

Já nos casos em que o sermão fosse dirigido a personagens que ocupam, no Corpo Místico, lugares mais periféricos, a pregação poderia se dar tanto como repreensão das más ações, buscando corrigi-las – como é o caso do sermão de bom sucesso de armas, que mostra aos portugueses que, se parece que Deus os abandonou, é por eles não terem seguido os preceitos divinos, bastando a correção deste desvio para terem garantida a vitória – quanto como modelo exemplar a ser seguido pelos ouvintes, conforme demonstrado no sermão de ação de graças a partir da apresentação de uma Coroa que sempre confiou na Providência divina, independente das dificuldades vividas, orando sempre a Deus para que os agrciasse com o cumprimento de suas promessas.

É preciso analisar o sermão como um gênero retórico construído com o objetivo de gerar determinados efeitos nos seus auditórios, que são históricos¹²⁵, levando em conta que suas técnicas retóricas de produção determinam um formalismo que não se desvencilha da sua função, ou seja: há uma forma específica para a produção dos efeitos que o pregador visa atingir pelo sermão, e essa forma é regida pela técnica e pelo artifício da finalidade natural que rege tais efeitos. Não se pode discernir, no sermão, a fusão da agudeza retórico-poética, com a prudência ético-política (forma e função), porque ambas são utilizadas com o objetivo de dar a aparência adequada à verdade divina presente no mundo¹²⁶.

Através dessa maneira de olhar para o sermão, podemos entender esse documento histórico como um monumento, submetendo-o a uma crítica interna, para

¹²⁵ Conforme indicado em LUZ, G. A. A insubordinação da História à Retórica: manifesto transdisciplinar. In: **ArtCultura**. Uberlândia: EDUFU, n. 09, 2004, p. 102-110.

¹²⁶ HANSEN, J. A. Vieira, Forma & Função. In: **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo, já./dez., 1997, n 55. p. 193-4, p. 95-104. vol. 1.

encontrar suas condições históricas de produção e, logo, sua intencionalidade tácita¹²⁷. Apenas com esse olhar é que podemos entender o sermão como uma das formas que o mundo católico dos séculos XVI e XVII encontrava de olhar para si e se significar. De forma mais específica, no caso dos sermões de Vieira, é apenas através de uma análise nesse sentido que podemos perceber a concepção da eleição divina de Portugal como uma forma de ler e significar o mundo, que sempre aponta para um fim. E, se para chegar a esse fim, há, necessariamente, um correto caminho a ser percorrido, a interpretação da história do mundo aponta, é claro, para o cumprimento de parte desse caminho, e a correta direção a ser seguida a partir daí. Sem deixar de cumprir a função de correção moral do auditório, Vieira indica que esse caminho de conversão deve ser feito na direção da essência humana, uma essência que busca a realização dos planos divinos inscritos na natureza, e que, no conjunto da nação católica, sinalizam o projeto político a ser seguido pelo Corpo Místico. Esse é um projeto político que deve se dar, conforme o juízo do jesuíta, na direção do bem, da sua essência boa desde a criação, contribuindo (e no caso de Portugal contribuindo de forma especial, porque nação eleita) para a concretização da vontade de Deus para as suas criaturas.

¹²⁷ LE GOFF, J. Documento e Monumento. In: **Enciclopédia EINAUDI**: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, p. 95-104. Vol. 1.

FONTES

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Coimbra: Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. 3 vol.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**, Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19--]. 348 p.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Os Pensadores**. Abril S/A Cultural e Industrial: São Paulo, 1973. p. 245-436. Vol. IV.

BANDEIRA de Portugal, 2006. 1 fotografia, colorida, 12,7 x 8,4 cm

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria. 1997.

Juramento d'elrei D. Affonso Henriques. Disponível em: http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm. Acesso em 01 de junho de 2009. p. 116-119.

LOYOLA, I. **Os exercícios espirituais de Inácio de Loyola**. São Paulo: Madras, 2004. 136 p.

VIEIRA, A. **História do Futuro**, Brasília: Ed. UnB, 2005.

VIEIRA, A. **Cartas**. Coordenados e anotados por João Lúcio D'Azevedo. Coimbra: Impr. Da Universidade, 1925. 3 vol.

VIEIRA, A. **Sermões**. Porto; Lisboa: Lello & Irmão: Aillaud & Lellos, 1945-48. 15 vol.

VIEIRA, A. **Sermões**. Porto: Lello & Irmão, 1959. 15 vol.

De todos os sermões da obra, cito abaixo os trabalhados de forma mais sistemática:

- Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda.
- Sermão de Ação de Graças pelo nascimento do príncipe D. João, primogênito de SS. Magestades, que Deus guarde.
- Discurso Apologético.

BIBLIOGRAFIA

ALDEN, D. **The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond: 1540-1750**, Stanford: Stanford University Press, 1996.

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMORA, A. S. “Apresentação: Vieira, vida e obra”. In: **Sermões: Problemas sociais e políticos do Brasil**, São Paulo: Cultrix, 1990. p. 9-12.

ARGAN, G. C. **Imagem e persuasão: ensaios sobre o Barroco**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

BOSI, A. **Dialética da colonização**, São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. Vieira e o Reino deste mundo. In: **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, n. 55. São Paulo, jan./dez., 1997. p. 163-184.

BOXER, C. R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

COHEN, T. M. **The fire of tongues: Antônio Vieira and the missionary church in Brazil and Portugal**, Stanford: Stanford University, 1998.

COSTIGAN, L. H. (org.). **Diálogos da conversão**, Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

EISENBERG, J. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Encontros culturais, aventuras teóricas, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

HANSEN, J. A. “Colonial e Barroco”. In: UERJ. **América: descoberta ou invenção**, Rio de Janeiro: Imago, 1992. pp.347-361.

_____. Vieira, Forma & Função. In: **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo, jan./dez., 1997, n 55. p. 193-4, p. 95-104. Vol. 1.

_____. “Leituras Coloniais”. In: ABREU, M. (org.). **Leitura, história e história da leitura**, Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. pp. 169-182.

_____. A categoria ‘representação’ nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In: JANCÓS, I & KANTOR, I. **Festa: cultura e sociabilidade da América portuguesa**. São Paulo: Imprensa Oficial/HUCITEC/Edusp/FAPESP, 2001. p. 735-755. Vol. 2.

_____. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 232 p.

HERMANN, J. **No reino desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 379 p.

LE GOFF, J. Documento e Monumento. In: **Enciclopédia EINAUDI**: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, p. 95-104. Vol. 1.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Rio de Janeiro: INL, 1949. 10 volumes.

LIMA, L. F. S. **Padre Vieira**: sonhos proféticos, profecias oníricas. O tempo do Quinto Império nos sermões de Xavier Dormindo, São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. **O Império dos Sonhos**: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 349 p.

_____. “Ver sem abrir os olhos, sonhar com os olhos abertos: sonhos, visões e profecias no Portugal seiscentista”. **História e Perspectivas**, Uberlândia: Edufu, jan./jun. 2006. P. 139-188.

LUZ, G. A. A insubordinação da História à Retórica: manifesto transdisciplinar. In: **ArtCultura**. Uberlândia: EDUFU, n. 09, 2004, p. 102-110.

_____. **Carne Humana**: canibalismo e retórica jesuítica na América portuguesa (1549-1587), Uberlândia-MG: EDUFU, 2007.

MARAVALL, J. A. **A Cultura do Barroco**: análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 1997. 418p.

MASSIMI, M. Conhecimento e Dinamismo Psíquico em Dois Sermões no Brasil Colonial. In: **Psicologia**: teoria e pesquisa. Brasília, Jan-Abr 2005, Vol. 21, n. 1, p. 061-067.

MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**: O Antigo Regime. (Coord. Antonio M. Hespanha). Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MELLO E SOUZA, L. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. **Inferno Atlântico**: demonologia e colonização (séculos XVI-XVIII), São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

NEVES, L. F. B. **Vieira e a imaginação social jesuítica**. Maranhão e Grão Pará no século XVII, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. Vieira e o profetismo português do século XVII. In: HENRIQUES, C. C. (org.) **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e linguística**, Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003. P.380-388.

OLIVEIRA, A. L. **Por quem os signos dobram: uma abordagem das letras jesuíticas**, Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003.

PÉCORA, A. **Teatro do Sacramento**. São Paulo: EDUSP, 1994. 288 p.

_____. **Máquina de Gêneros**, São Paulo: EdUSP, 2001.

_____. **Sermões: Padre Antônio Vieira, Tomo II**. São Paulo: Hedra, 2001. 605 p.

_____. Sermões: o modelo sacramental. In: JANCÓS, I & KANTOR, I (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. Vol. 2, São Paulo: Imprensa Oficial/HUCITEC/Edusp/FAPESP, 2001. p. 717-731

_____. “Política do céu (anti-maquiavel)”. In: NOVAES, A (org.). **Ética**, São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 127-148.

_____. **Para ler Vieira: as 3 pontas das analogias nos sermões**. Disponível em: <http://www.sibila.com.br/mapa30paralervieira.html>. Acesso em 17 de junho de 2009. 10 p.

PERELMAN, C. **Retóricas**, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SARAIVA, A. J. **Discurso engenhoso**, São Paulo: Perspectiva, 1980.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724 p.

REFERÊNCIA

BAUER, J. B. **Dicionário de Teologia Bíblica**, São Paulo: Loyola, 1984. 2 volumes. 3ª edição.